

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com sede e foro em Brasília/DF e atuação em todo o território nacional e no exterior, é uma entidade pública constituída por meio do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969 (alterado pela Lei nº 12.490/2011), sob a forma de Empresa Pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério das Comunicações e administrada conforme os preceitos da Legislação Federal e do Estatuto Social aprovado pelo Decreto nº 8.016, de 17 de maio de 2013.

A estrutura organizacional dos Correios é composta pela Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, Departamentos e Órgãos de mesmo nível.

Conforme estatuto, os Correios têm por objeto, nos termos da Lei: planejar, implantar e explorar o serviço postal e o serviço de telegrama; explorar os serviços postais de logística integrada, financeiros e eletrônicos; explorar atividades correlatas e exercer outras atividades afins autorizadas pelo Ministério das Comunicações.

Nesses termos, considera-se o serviço postal representado pelo recebimento, expedição, transporte e entrega de objetos de correspondência, valores e encomendas; e o serviço de telegrama, por meio do recebimento, transmissão e entrega de mensagens escritas, conforme Lei nº 6.538/78.

No segmento financeiro, o Banco Postal é a marca dos Correios, no qual a Empresa atua como correspondente na prestação de serviços bancários básicos em todo Território Nacional. Os principais produtos oferecidos são: abertura de contas correntes e de poupança, saques, depósitos, empréstimos, cartões de crédito, recebimento de títulos, dentre outros.

Desde a edição da Lei nº 12.490/2011, os Correios estão autorizados a constituir subsidiárias, para adquirir o controle ou participação acionária em sociedades empresárias já estabelecidas, com vistas à execução das atividades compreendidas em seu objeto social, firmar parcerias comerciais que agreguem valor à sua marca e proporcionem maior eficiência de sua infraestrutura, especialmente de sua rede de atendimento, desde que obedecida a regulamentação específica do assunto e as exceções mencionadas em tal lei.

Em consonância com a ampliação das atividades do seu objeto social, a Empresa constituiu em 2014 a CORREIOSPAR com o objetivo de adquirir participações acionárias em sociedades empresárias, observando o Plano Estratégico Correios 2020.

NOTA 2 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 – Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando por base a legislação societária (Lei 6.404/76, alterada pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09) e as normas e pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer que a administração utilize estimativas e premissas que afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de passivos contingentes na data das Demonstrações Financeiras, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício.

As estimativas adotadas pela administração incluem perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, provisões passivas, fundos de pensão e a determinação de vida útil econômica dos ativos. Embora os Correios utilizem suas melhores estimativas e julgamentos, os resultados reais podem apresentar diferenças em relação às mencionadas estimativas, em decorrência de possíveis eventos futuros. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

Alguns valores relativos aos exercícios anteriores foram reclassificados para melhor comparabilidade com o exercício atual. Estas reclassificações não tiveram impacto no lucro líquido dos Correios e estão apresentadas na Nota 4.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data de aquisição.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos:

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A Empresa registra ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social. O reconhecimento desses ativos leva em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. As estimativas dos resultados futuros que permitirão à compensação desses ativos são baseadas no Orçamento da Empresa, que é revisado e aprovado pelo Conselho de Administração, levando em consideração cenários econômicos, taxas de desconto, e outras variáveis que podem não se realizar.

b) Plano de pensão

A Empresa reconhece o valor presente das contribuições normais futuras, calculado pelo método de crédito unitário projetado, relacionado ao Plano de Contribuição Definida. O valor contabilizado na rubrica Benefício Pós-Emprego representa o valor estimado das reduções de pagamentos das contribuições futuras que beneficiarão a Empresa. Este valor depende de uma série de variáveis e premissas relativas a taxa de desconto e condições atuais de mercado.

Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

c) Provisões para contingências

A Empresa discute questões tributárias, trabalhistas e cíveis nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios e uma provisão para desembolsos futuros é constituída a partir de análise da Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos. Alterações em tendências de decisões ou jurisprudências em tribunais poderão alterar as estimativas ligadas a provisões para contingências.

2.2 – Transações e Saldos em Moedas Estrangeiras e Moeda Funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação dos Correios, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moedas estrangeiras são inicialmente convertidas para a moeda funcional (R\$) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. No encerramento do balanço, os saldos remanescentes das transações serão reconvertidos com base na taxa de câmbio vigente na data do encerramento. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas operações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do período.

2.3 – Consolidação

As Demonstrações Financeiras consolidadas, que incluem os CORREIOS e sua subsidiária CORREIOSPAR, foram elaboradas considerando a eliminação dos saldos das contas patrimoniais, visto que, no exercício de 2014, ocorreu apenas a integralização de 10% do capital social da referida subsidiária.

2.4 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Os valores reconhecidos são representados por: Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras de liquidez imediata com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados a valor justo e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício. As aplicações financeiras estão classificadas como títulos mantidos para negociação.

2.5 – Contas a Receber

Os valores a receber são registrados e mantidos no Balanço Patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, deduzidos das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa – PECLD. Esta é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas incorridas na realização desses créditos. O valor da PECLD pode ser ajustado com base na recuperação dos valores das perdas incorridas, bem como pela mudança na situação financeira dos clientes.

2.6 – Estoques

Registrados pelo custo médio de aquisição, ajustados ao valor realizável líquido, quando esses apresentarem-se menores que o valor de custo. Quando aplicável, é constituída a perda não dedutível (antiga provisão) de estoque classificados como obsoletos, danificados ou vencidos.

2.7 – Adiantamentos

Estão representados, substancialmente, por saldos de adiantamentos salariais e adiantamentos de férias que são descontados no mês seguinte ou em parcelas, conforme acordo coletivo.

Os demais adiantamentos são constituídos, principalmente, por valores a receber de empregados cedidos aos órgãos públicos, líquidos da perda não dedutível, constituída anualmente de forma a corresponder ao saldo vencido há mais de 365 dias e não pago pelos órgãos públicos.

2.8 – Convênio Postal Saúde – Ativo / Passivo

Os Correios têm por política reconhecer, mensalmente, como despesa de plano de saúde, os valores apresentados na prestação de contas efetuada pela Postal Saúde, com o total de NF(s) emitidas no mês pelos prestadores de serviço ou ASO(s) emitidos, no caso de saúde ocupacional. No tocante à cobertura dos valores referentes às despesas administrativas, firmou-se como regra adotar a este título, o equivalente a 10% do valor total declarado das NF(s) emitidas com serviço de saúde, constante na prestação de contas.

Assim, o confronto mensal pode se configurar para os Correios em um adiantamento, quando o valor do repasse for maior que a despesa, ou em uma obrigação a pagar, caso haja a necessidade de complementar o valor anteriormente repassado para cobrir as despesas com o plano.

2.9 – Investimentos

2.9.1 – Participações Societárias

Segundo o CPC 18 (R2), os investimentos em controladas, controladas em conjunto e em coligadas, nos quais a administração tenha influência significativa, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Contudo, apesar dos Correios possuírem controle absoluto sobre a CorreiosPar, em 2014, não foi aplicado o método de equivalência patrimonial sobre o investimento, devido a sua constituição ter ocorrido no final do exercício, sem transações que alterassem o seu patrimônio.

2.9.2 – Propriedades para Investimento

Existem imóveis que são mantidos para geração de renda ou para valorização (cedidos, alugados, desocupados), e, nesse sentido, são classificados como propriedades para investimento e registrados pelo custo de aquisição.

As políticas de classificação adotadas pela Empresa para reconhecimento dos imóveis como de propriedades para investimento são:

a) Desocupados - Imóveis próprios sem uso pelos Correios ou com 50% ou mais da área ocupada por terceiros em processos de desocupação.

A depreciação dos imóveis e instalações cedidas e alugadas é calculada pelo método linear, nas mesmas bases e taxas fiscais utilizadas para os bens classificados no ativo imobilizado.

2.9.3 – Demais Investimentos

Os demais investimentos que não se enquadrem nas categorias acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido das perdas não dedutíveis na realização do investimento, ou para redução do custo de aquisição ao valor de mercado, quando este for inferior.

2.10 – Imobilizado

A depreciação é calculada de forma linear, baseando-se na vida útil econômica e no valor residual quando houver, conforme demonstrado na tabela abaixo:

NATUREZA DO IMOBILIZADO	TEMPO DE VIDA ÚTIL MÉDIO	
	Fiscal	Econômica
Imóveis	25 anos	29 anos
Demais Equipamentos de Proc. de Dados	5 anos	5 anos
Computador e Impressora	5 anos	4 anos
Máquinas e Equipamentos.	10 anos	10 anos
Motocicletas	4 anos	3 anos
Veículos Leves - Carga até 1.000 Kg	5 anos	6 anos
Veículos Leves - Carga acima de 1.000Kg	5 anos	7 anos
Veículos Motorizados Pesados	6 anos	10 anos
Veículos Não-Motorizados	5 anos	5 anos

Moveis e Utensílios	10 anos	10 anos
Ferramentas e Instrumentos	5 anos	5 anos

O método de depreciação, a vida útil econômica e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Terrenos não são depreciados.

As imobilizações em andamento são classificadas nas categorias definitivas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido, momento em que se inicia a depreciação/amortização.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas considerando o menor prazo entre o período do contrato de locação ou o tempo de vida útil da obra dos bens.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na Demonstração do Resultado do Exercício em que o ativo foi baixado.

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27, a Empresa optou em proceder o ajuste nos saldos iniciais dos bens imóveis à semelhança do que é permitido, com a utilização do conceito de custo atribuído (*deemed cost*), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37(R1) e 43(R1). O valor justo foi calculado por empresa especializada.

Para os bens móveis, considerando o custo x benefício desta avaliação, a Empresa optou por manter o custo de aquisição corrigido pela correção monetária até 1995 e estabelecer a vida útil econômica e o valor residual dos bens que terão parte do seu valor recuperado pela venda, ao final da vida útil econômica.

2.11 – Intangível

Os ativos intangíveis estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada, calculada de forma linear, com base na vida útil econômica, conforme demonstrado na tabela abaixo:

NATUREZA DO IMOBILIZADO	TEMPO DE VIDA ÚTIL MÉDIO	
	Fiscal	Econômica
Softwares, Licenciamentos e Similares	5 anos	5 anos

2.12 – Avaliação do Valor Recuperável de Ativos

2.12.1 – Ativos Financeiros

Conforme disciplina o CPC 38, anualmente, os Correios efetuam estudos sobre os seus ativos financeiros a fim de estabelecer o percentual de perda incorrida sobre os ativos e assim constituir as perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa – PECLD, composta por uma parcela dedutível e outra não dedutível, no intuito de atender a legislação societária e fiscal (Lei 9.430/96).

2.12.2 – Investimentos

Os Correios realizaram, em dezembro de 2014, testes de recuperabilidade em seus investimentos não relevantes (Participação em Companhias Telefônicas), baseando-se na cotação dos papéis no mercado, com base em dados fornecidos pelos bancos que detêm a custódia dos títulos. O resultado desse estudo apontou que não há indicações de desvalorização, não tendo assim a necessidade de reconhecimento de perdas.

Devido ao desempenho negativo que vem ocorrendo desde o exercício de 2002, os Correios mantêm a perda não dedutível de 100% nos seus investimentos em incentivos fiscais FINAN/FINOR.

2.12.3 – Imobilizado/Intangível

Com a avaliação dos bens imóveis, efetuada em 2014, no intuito de se estabelecer o custo atribuído destes, verificou-se que 141 imóveis estavam com seu valor contábil acima do valor de mercado, o que ocasionou o ajuste destes, ao seu valor recuperável, conforme estabelece o CPC 01 (R1).

Para os bens móveis e softwares registrados no intangível, mantidos e utilizados nas operações dos Correios, foi realizado o teste de *impairment*, tendo como base a unidade geradora de caixa – UGC, no qual verificou-se que devido a Universalização dos Serviços Postais, estabelecida pela Portaria nº 566/2011, e as características da cadeia produtiva (captação, tratamento e distribuição), a Empresa possui uma única UGC. Assim, após estudos, os resultados não apontaram indicativos de desvalorização, ou seja, nenhuma perda ao valor recuperável foi reconhecida para estes ativos.

2.13 – Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos

Os ativos e passivos de longo prazo dos Correios são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que reflitam a melhor estimativa.

Como os valores de contas a receber de clientes e valores de contas a pagar a fornecedores são de recebimento/pagamento de curto prazo, cálculos realizados pela Empresa demonstram que o ajuste a valor presente não seria relevante.

2.14 – Obrigações com Fornecedores

São realizadas, mensalmente, provisões de despesas com fornecedores, para os casos em que não são possíveis a entrada do documento fiscal no sistema até a data do fechamento contábil do balancete, atendidas as seguintes condições:

- a) existir uma obrigação futura de um evento passado;
- b) existir saída provável de recursos; e
- c) existir estimativa confiável da obrigação.

2.15 – Obrigações Financeiras a Pagar

Com a realização do Distrato do Banco Postal, os valores antes registrados como Receita a Apropriar foram atualizados e passaram a ser registrados como Obrigações Financeiras a Pagar. Considerando as características do Distrato, os valores referentes aos juros sobre saldo remanescente a ser devolvido, serão diferidos em 30 meses.

2.16 – Passivo Contingente

As provisões são reconhecidas quando uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, demonstra ser provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor dessa obrigação possa ser feita.

A Empresa é parte em diversos processos judiciais e administrativos divididos em causas trabalhistas, cíveis e fiscais. A avaliação da probabilidade de perdas considera as evidências e jurisprudências disponíveis, a hierarquia das leis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico cuja classificação em provável, possível ou remota está sob responsabilidade da área jurídica dos Correios.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa.

2.17 – Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para o acionista é reconhecida como passivo nas Demonstrações Financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social dos Correios, considerando os impactos de valores distribuídos de forma antecipada. Qualquer valor proposto acima do mínimo obrigatório, ou de valores que excedam os montantes distribuídos antecipadamente, somente serão provisionados quando aprovados em Assembleia Geral, conforme ICPC 8. Os juros sobre o capital próprio são registrados em contrapartida à despesa financeira, para fins de benefício tributário, conforme determinação da legislação federal, e posteriormente imputados aos dividendos.

2.18 – Benefícios a Empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego são de responsabilidade dos Correios e incluem benefícios de aposentadoria complementar e de plano de saúde pagáveis ao fim do vínculo empregatício com a aposentadoria do empregado. Os riscos sobre os benefícios pós-emprego de previdência complementar são avaliados anualmente de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1).

A Empresa é patrocinadora de uma entidade fechada de previdência privada complementar, sem fins lucrativos, constituída em 26 de janeiro de 1981, denominada Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postalís, que tem por finalidade garantir a suplementação dos benefícios de aposentadoria e pensão a seus empregados e participantes, por meio do Plano de Benefício Definido – PBD e do Plano de Contribuição Variável – Postalprev.

O PostalPrev é um plano de previdência complementar estruturado na modalidade de Contribuição Variável. Esse Plano reúne vantagens da Contribuição Definida para os benefícios programados (aposentadoria normal e antecipada) e do Benefício Definido para os benefícios de risco (auxílio-doença, invalidez, pecúlio, pensão por morte ou renda vitalícia). A forma de recebimento do benefício de aposentadoria é flexível: o participante pode escolher entre receber renda vitalícia ou renda por prazo indeterminado (percentuais da reserva de poupança, definidos pelo participante anualmente) e ainda pode optar por receber 25% da sua reserva de poupança à vista.

Nos planos de Benefício Definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem sobre patrocinadores, participantes e assistidos na forma prevista na Lei Complementar nº 108/2001 e Resolução CGPC nº 28/2008. Sendo assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

Atualmente, o PBD não recebe mais adesões, assim definido como em extinção. O saldamento do referido plano ocorreu em março de 2008 e, em 2010, houve a assunção da diferença, na forma de provisão, do adicional da Reserva de Tempo de Serviço Anterior - RTSA. Desde 01/08/2010, a obrigação é considerada uma dívida financeira (e não atuarial) com evolução equivalente à variação do INPC, acrescida de juros de 6% a.a., deduzidos os pagamentos efetuados. Na 6ª Reunião Extraordinária da Assembleia Geral, realizada em outubro de 2012, deliberou-se pela necessidade de avaliação, pelos órgãos competentes, dos montantes registrados nas contas do Passivo, denominadas em 2012, de Postalís Reservas a Amortizar e Encargos Sociais, considerando o entendimento com a Secretária do Tesouro Nacional em relação ao montante registrado contabilmente a título de RTSA.

Em 2014, o DEST emitiu posicionamento distinto daquele adotado até então. Por meio da Nota Técnica nº 43/CGINP-MP, de 14/02/2014, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG recomendou que o provisionamento registrado em 2009 deveria ser revisto e ao mesmo tempo, os valores atualizados e confrontados com os pagamentos efetuados pelo patrocinador. A revisão do posicionamento do DEST lastreou-se na manifestação da STN, contida na Nota Técnica nº 831MF/STN/SUPOF/COFIS/GEROB, de 15/10/2012, a qual contraria o posicionamento de mais de uma empresa especializada em atuária contratadas pelo Postalís por ocasião do levantamento dos números referentes ao saldamento em questão. O DEST ratificou o posicionamento apresentado pela Nota Técnica nº 43/CGINP-MP de 14/02/2014, por meio do Ofício nº 75/DEST-MP, de 21/01/2015, que encaminhou a Nota Técnica nº 33/CGPCE-MP.

Nestes termos, conforme entendimento e recomendação do DEST, do valor original de R\$ 793,0 milhões registrados no Balanço Patrimonial dos Correios, o valor de R\$ 475,8 milhões (valor original) não é devido pela Patrocinadora (Correios), devendo este, acrescido da atualização de INPC mais 6% de juros, ser revertido. O posicionamento desse Departamento originou-se de "novos elementos" embasado na manifestação da STN.

Assim, de acordo com o CPC 23 houve a reversão da provisão a título de RTSA atualizada no valor de R\$ 1.086 milhões com contrapartida o resultado do exercício corrente.

A partir de 01/01/2013, os Correios reconhecem os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, em conformidade com o CPC 33 R1:

- a) os custos dos serviços correntes e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- b) as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidas em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido da Empresa.

No caso do Postalís, o custo da concessão de benefícios é determinado pelo método da unidade de crédito projetada, e a avaliação atuarial é realizada ao final do período anual de apresentação de relatório.

A obrigação de benefícios de aposentadoria reconhecida no Balanço Patrimonial representa o déficit ou excedente real nos planos de benefícios definidos dos Correios. Qualquer excedente resultante desse cálculo é limitado ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições dos planos ou reduções em contribuições futuras aos planos.

2.18.1 - Participação nos Lucros e Resultados - PLR

Os Correios, com base no cumprimento de metas de desempenho devidamente estabelecidas no início de cada ano, efetua o pagamento de participações nos lucros e resultados anuais a seus empregados e dirigentes.

Para a PLR dos empregados, mensalmente, respeitando o regime de competência, é constituída pela Empresa uma obrigação a pagar no passivo a um percentual de 11,875% sobre o resultado do período, não podendo o montante final a pagar exceder a 25% dos dividendos a serem distribuídos aos acionistas. Entende-se que o montante estimado é razoável, para cobrir a saída de recursos que deve ocorrer após a aprovação das Demonstrações Financeiras de 2014.

A PLR dos dirigentes é estabelecida conforme Programa de Remuneração Variável Anual de Dirigentes.

2.19 – Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

2.19.1 – Impostos Correntes

O encargo de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente é calculado em períodos mensais, conforme as leis tributárias promulgadas na data do balanço e com base na geração de lucro contábil pela Empresa.

2.19.2 – Impostos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram reconhecidos, em sua totalidade, considerando as permissões e exigências do Pronunciamento Técnico CPC 32 sobre as diferenças entre os ativos e passivos com fins fiscais e os seus correspondentes valores constantes nas Demonstrações Financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas e as leis vigentes na data de preparação das Demonstrações Financeiras. Os impactos/detalhes encontram-se na Nota 18.

2.20 – Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros dos Correios são representados pelas disponibilidades, principalmente por aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar e empréstimos.

Os ativos financeiros são classificados em duas categorias:

- * Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; e
- * Contas a receber

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem as aplicações financeiras mantidas para negociação.

Os valores a receber de clientes são ativos financeiros não derivativos, com recebimentos determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, menos perda por redução ao valor recuperável.

Os passivos financeiros são classificados pelo valor justo por meio do resultado ou como outros passivos financeiros. Os ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro. Outros passivos financeiros são inicialmente

mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, usando-se o método dos juros efetivos, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento.

2.21 – Receitas e Despesas

Os Correios têm como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento das receitas, das despesas e dos custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

NOTA 3 – ALTERAÇÃO DE PRÁTICAS CONTÁBEIS E ADOÇÃO INICIAL

O Departamento Jurídico dos Correios imbuído pelo artigo 5º do Decreto-lei nº 200/67, cujo texto dispõe que a Empresa Pública pode se revestir sob qualquer forma admitida em direito, ou ainda forma inédita prevista na lei singular que a instituiu, entendia frente a este conceito não ser aplicável a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos os ditames da Lei 6.404/76.

Nada obstante, em 29 de abril de 2011, foi publicada a Medida Provisória nº 532 que, dentre outros assuntos, dá nova redação aos artigos 1º, 2º e 3º do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, com o propósito de ampliar e diversificar a atuação da área de negócios dos Correios, bem como estabelecer a aplicação da Lei nº 6.404/76, a qual dispõe sobre as sociedades por ações.

Esse marco redireciona a Empresa para um novo ordenamento jurídico pautado pelas regras aplicáveis à Lei das Sociedades por Ações, configurando compulsória a adequação da contabilidade dos Correios aos termos deste Diploma Legal.

Em 19 de maio de 2011, o Estatuto da Empresa foi modificado por meio do Decreto nº 7.483, cujo texto prezava por anunciar vários normativos da Lei nº 6.404/76 que deveriam ser espelhados na contabilidade dos Correios. Em consequência, verificou-se não haver a faculdade, mas a obrigatoriedade de adequar as Demonstrações Financeiras aos padrões internacionais.

Nessas Perspectivas, efetuou-se um diagnóstico para implantar e harmonizar as Demonstrações Financeiras dos Correios às normas contábeis da Lei das S.A., no qual a contratação de empresas externas para adequação dos padrões se fez imperativa. Itens como a avaliação dos bens imóveis, a fim de se estabelecer a necessidade ou não do custo atribuído, vida útil econômica e valor residual, os quais receberam prioridade, tendo em vista gerarem benefícios econômicos, apesar de estarem substancialmente depreciados.

Contrapondo-se à urgência das adequações estava a morosidade dos trâmites internos impostos pela Lei 8.666/93 a serem observados nas contratações de terceiros, visto que estas somente ocorrem por meio de processo licitatório, consumindo um grande lapso temporal. Por conseguinte, firmou-se o vínculo contratual com duas empresas atribuídas de realizar a avaliação dos bens, sendo o cronograma dos trabalhos estendido por um período maior em virtude do patrimônio da Empresa encontrar-se distribuído por significativa parcela do território nacional. A junção de todas estas peculiaridades contribuiu para que a entrega dos laudos do custo atribuído dos bens ocorresse apenas em 2014, bem como para que a conclusão de todo processo de adoção inicial da Lei e suas alterações posteriores, ocorresse nesta mesma data.

3.1 – CPC 27 – Ativo Imobilizado

Os Correios efetuaram, na data de abertura do exercício de 2014, teste de imparidade dos seus bens imóveis, conforme estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 27 (Ativo Imobilizado), utilizando-se de laudos de avaliadores externos. Os resultados demonstraram um aumento no custo e na vida útil econômica de alguns desses ativos e redução em outros. Em consequência disso, utilizou-se a metodologia de

custo atribuído (*deemed cost*) na atribuição do novo valor de custo dos imóveis, bem como, uma mudança nos critérios de depreciação dos bens móveis e imóveis, passando da vida útil fiscal para depreciação baseada na vida útil econômica. Destaca-se que os aumentos atribuídos foram registrados em conta do Patrimônio Líquido e as reduções, em contas de resultados.

A nova vida útil econômica e o novo custo atribuído foram aplicados prospectivamente a partir 1º de janeiro de 2014, baseando-se nos saldos líquidos dos itens do ativo imobilizado dos Correios. Destaca-se que o custo das obras em andamento até a data do laudo de avaliação foram consideradas na definição do custo atribuído dos bens imóveis.

NOTA 4 – APRESENTAÇÃO RETROSPECTIVA DE SALDOS DE PERÍODOS ANTERIORES MODIFICADOS

4.1 - Impacto da reapresentação sobre o ativo, passivo e patrimônio líquido em 01 de janeiro de 2013.

	Em 01 de janeiro de 2013 (Publicado)	Ajustes	Em 01 de janeiro de 2013 (Reapresentado)
Ativo			
Não Circulante	6.883.592	2.520.685	9.404.277
Realizável a Longo Prazo	5.407.867	2.520.685	7.928.552
Tributos Diferidos(2)		2.520.685	
Passivo			
Não Circulante	3.239.806	7.413.777	10.653.583
Benefício Pós Emprego (1)	899.404	7.413.777	8.313.181
Patrimônio Líquido	4.136.017	(4.893.092)	(757.075)
Outros Resultados Abrangentes(1 e 2)		(4.893.092)	

(1) Valor de R\$ 7.413.777 correspondente aos ajustes em Benefício Pós Emprego e a débito na conta Outros Resultados Abrangentes em 2014.

(2) Valor de R\$ 2.520.685 correspondente aos ajustes em Tributos Diferidos e a crédito na conta Outros Resultados Abrangentes em 2014.

4.2 - Impacto da reapresentação sobre o ativo, passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013.

	Em 31 de dezembro de 2013 (Publicado)	Ajustes	Em 31 de dezembro de 2013 (Reapresentado)
Ativo			
Circulante	3.758.989	-	3.758.989
Contas a Receber	1.746.490	(7.426)	1.739.064
Clientes (1)		(7.426)	
Outros Valores e Bens	559.241	7.426	566.667
Valores a Compensar/Restituir (1)		7.426	
Não Circulante	6.158.982	2.100.103	8.259.085

	Em 31 de dezembro de 2013 (Publicado)	Ajustes	Em 31 de dezembro de 2013 (Reapresentado)
Realizável a Longo Prazo	4.378.670	2.100.103	6.478.773
Tributos Diferidos (2)		328.558	
Tributos Diferidos (4)		1.771.545	
Passivo			
Circulante	3.158.284	263.093	3.421.377
Fornecedores (6)	598.743	60.136	658.879
Benefício Pós Emprego (3)	324.524	202.957	527.481
Não Circulante	3.069.989	5.913.680	8.983.669
Benefício Pós Emprego (4)	1.292.144	5.913.680	7.205.824
Patrimônio Líquido	3.689.698	(4.076.670)	(386.972)
Reserva Legal (5)		(16.224)	
Reserva de Investimento (5)		(137.386)	
Lucros Acumulados (2)		328.558	
Lucros Acumulados (3)		(202.957)	
Lucros Acumulados (4)		(667.242)	
Lucros Acumulados (6)		(60.136)	
Lucros Acumulados (5)		153.610	
Outros Resultados Abrangentes (4)		(3.474.893)	

(1) Reclassificação do grupo de contas de Clientes para Valores a Compensar/Restituir.

(2) Valor de R\$ 328.558 correspondente aos ajustes em Tributos Diferidos lançados a crédito na conta Ajuste de Exercícios Anteriores em 2014.

(3) Valor de R\$ 202.957 correspondente aos ajustes em Tributos Diferidos lançados a débito na conta Ajuste de Exercícios Anteriores em 2014.

(4) Valores correspondentes aos ajustes de Benefício Pós Emprego e Tributos Diferidos lançados a débito na conta Ajuste de Exercícios Anteriores (R\$ 667.242) e em Outros Resultados Abrangentes (R\$ 3.474.893).

(5) Reversão da Reserva Legal e Reserva p/ Investimento referentes a 2013.

(6) Provisão de Despesas referente a serviços médicos lançados em Ajuste de Exercícios Anteriores em 2014.

4.3 - Impacto da Reapresentação sobre a Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro de 2013

	Em 31 dez 2013 (Publicado)	Ajustes	Em 31 dez 2013 (Reapresentado)
Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	11.627.998	56.933	11.684.931
Provisão despesas Postal Saúde (5)		56.933	
Despesas com vendas/serviços	1.086.945	98.973	1.185.918
Reclassificação (1)		98.973	
Despesas gerais e administrativas	2.710.434	810.441	3.520.875
Reclassificação (1)		-98.973	

Benefício Pós Emprego (2)	2.128		
Benefício Pós Emprego - NC (3)	36.012		
Obriga��o atuarial - Saúde (4)	868.071		
Provisão despesas Postal Saúde (5)	3.203		
Imposto de Renda	45.834	-241.587	-195.753
Contribui��o Social	16.482	-86.971	-70.489

(1) Reclassifica  o com aumento de R\$ 98.973 nas despesas com vendas/serviços em 2013, referente a adequa  o das contas, no subgrupo de outros encargos e provisões, com a respectiva redu  o nas despesas gerais e administrativas.

(2) Valor referente a ajustes de Benefício Pós Emprego de 2013, com o respectivo aumento nas Despesas gerais e administrativas.

(3) Valor referente a ajustes de Benefício Pós Emprego de 2013, com o respectivo aumento nas Despesas gerais e administrativas.

(4) Valor referente a ajustes de Benefício Pós Emprego - Saúde de 2013, com o respectivo aumento nas Despesas gerais e administrativas.

(5) Valores correspondentes a ajustes de critério de provisão de despesas médicas.

NOTA 5 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

5.1 – Caixa: em 31/12/2014, o valor de R\$ 568 em caixa estava distribuído, de maneira heterog  nea, em 6.442 Unidades de Atendimento, presentes em todos os Estados da Federa  o. Esse montante se destina a fazer frente às opera  es nos primeiros dias do mês de janeiro de 2015.

5.2 – Bancos: representa a movimenta  o de numerários em contas mantidas com institui  es bancárias. O saldo individual em 31/12/2014    de R\$ 8.214 e o consolidado corresponde a R\$ 38.214. Destes, R\$ 30.000 está em conta vinculada    CorreiosPar, referente    integraliza  o de 10% do seu Capital Social.

5.3 – Aplica  es: as disponibilidades financeiras estão aplicadas em Fundos de Investimentos extramercado exclusivos no Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BBDTVM e na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL em carteiras compostas por Letras do Tesouro Nacional (LTN), Nota do Tesouro Nacional Série B (NTN-B) e opera  es compromissadas, registradas pelo valor líquido de realiza  o, na data do balanço, conforme detalhado a seguir:

5.3.1 – Posi  o em 31/12/2014

APLICA��O	VALOR	(%)
LTN	446.174	12,99
NTN-B	2.565.297	74,68
Op. Compr. ¹	423.559	12,33
Subtotal	3.435.030	100,00
Ajustes ²	(64)	0,00

Total	3.434.966	100,00
Imposto de Renda	(1.785)	(0,05)
Líquido	3.433.181	99,95

¹ Operações Compromissadas.

² Tx. ADM, CPMF, ajuste mercado futuro e outros na gestão dos fundos.

Do patrimônio líquido total das aplicações dos Correios, R\$ 453.117 estão aplicados no Fundo 13A, R\$ 2.135.288 no Fundo 13B, ambos no Banco do Brasil, e R\$ 846.561 no Fundo X na Caixa, totalizando R\$ 3.434.966.

A Empresa aplica suas disponibilidades financeiras em títulos públicos de curto e longo prazo com vencimentos até 2020, de acordo com a tabela abaixo. Contudo, esses títulos são negociados conforme as demandas do fluxo de caixa da Empresa, sendo classificados como mantidos para negociação.

Composição do Curto Prazo (Circulante)						
Vencimento	LTN	NTN-B	Op. Compr.	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2015	446.174	498.863	423.559	(1.786)	(64)	1.366.746
Totais	446.174	498.863	423.559	(1.786)	(64)	1.366.746

Composição do Longo Prazo (Não Circulante)						
Vencimento	LTN	NTN-B	Op. Compr.	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2016	-	1.277.572	-	-	-	1.277.572
2017	-	337.213	-	-	-	337.213
2018	-	365.694	-	-	-	365.694
2019	-	50.270	-	-	-	50.270
2020	-	35.686	-	-	-	35.686
Totais	-	2.066.435	-	-	-	2.066.435

5.3.2 – Posição em 31/12/2013

APLICAÇÃO	VALOR	(%)
LTN	433.239	9,53
NTN-B	3.919.108	86,25
NTN-F	3.218	0,07
Op. Compr. ¹	188.401	4,15

APLICAÇÃO	VALOR	(%)
Subtotal	4.543.966	100,00
Ajustes ²	(100)	0,00
Total	4.543.866	100,00
Imposto de Renda	(8.092)	(0,18)
Líquido	4.535.774	99,82

¹ Operações Compromissadas.

² Tx. ADM, ajuste mercado futuro e outros na gestão dos fundos.

Composição do Curto Prazo (Circulante)							
Vencimento	LTN	NTN-B	NTN-F	Op. Compr.	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2014	433.239	776.925	3.218	188.401	(8.093)	(100)	1.393.590
Totais	433.239	776.925	3.218	188.401	(8.093)	(100)	1.393.590

Composição do Longo Prazo (Não Circulante)							
Vencimento	LTN	NTN-B	NTN-F	Op. Compr.	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2015	-	1.009.183	-	-	-	-	1.009.183
2016	-	1.310.135	-	-	-	-	1.310.135
2017	-	283.889	-	-	-	-	283.889
2018	-	538.977	-	-	-	-	538.977
Totais	-	3.142.184	-	-	-	-	3.142.184

NOTA 6 – CONTAS A RECEBER

Os créditos estão apresentados pelo valor original deduzidos das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa - PECLD.

CRÉDITOS	2014	2013 Reapresentado
Serviços Faturados	1.434.317	1.149.358
Serviços a Faturar	126.028	175.711
Cartões de Crédito	4.441	6.583

CRÉDITOS	2014	2013 Reapresentado
ACF/Prestação de Contas	512	1.759
ACF/Débitos Negociados	-	2
ACC/Prestação de Contas	2.480	2.635
Débitos ACC	-	1
AGC/Prestação de Contas	124	94
Débitos Internacionais	473.582	321.439
AGF/Prestação de Contas	900	90
AGF/ Débitos Negociados	1.338	2
Valores a receber de AGF	63.855	78.471
Direito a receber AGF – Lei postal	978	2.896
Outros Débitos de Clientes	-	23
TOTAL	2.108.555	1.739.064

O detalhamento de serviços faturados e outros débitos de clientes, líquido das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa - PECLD, por período de vencimento e a vencer, estão detalhados a seguir:

Vencimentos	2014	2013
Vencidos até 30 dias	55.229	32.699
Vencidos de 31 a 60 dias	15.154	23.623
Vencidos de 61 a 90 dias	11.960	10.148
Vencidos de 91 a 120 dias	3.612	4.500
Vencidos de 121 a 180 dias	3.129	9.753
Vencidos de 181 a 365 dias	3.339	8.488
Acima de 365 dias	13.830	6.610
Total de Valores Vencidos	106.253	95.821
A Vencer	1.328.064	1.053.537
Total a Receber	1.434.317	1.149.358

6.1 – Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa: foi constituída ao final do exercício, à base de 29,73% e 13,23% das faturas vencidas em cobrança administrativa de órgãos privados e públicos, respectivamente, e de 100% dos títulos de empresas em recuperação judicial.

PECLD – 2014	
Títulos de empresas privadas vencidos ao fim de 2014 (29,73% do saldo)	16.771
Títulos de empresas públicas vencidas ao fim de 2014 (13,23% do saldo)	7.297
Títulos de empresas em recuperação judicial (100% dos títulos vencidos e a vencer)	847
TOTAL	24.915

PECLD – 2013	
Títulos de empresas privadas vencidos ao fim de 2013 (30,88% do saldo)	18.488
Títulos de empresas públicas vencidas ao fim de 2013 (11,87% do saldo)	5.706
Títulos de empresas em recuperação judicial (100% dos títulos vencidos e a vencer)	4.570
TOTAL	28.764

A seguir, o demonstrativo da movimentação das perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa – PECLD, composta pela parcela das perdas dedutíveis (Lei 9.430/96) e das perdas não dedutíveis.

MOVIMENTAÇÃO PECLD	2014	2013
Saldo Total em 1º de janeiro	28.764	13.119
- Perdas dedutíveis em 1º janeiro	(4.769)	-
PECLD não dedutível em 1º de janeiro	23.995	13.119
Adições	-	17.579
Baixas	(2.314)	(6.703)
PECLD não dedutível em 31 de dezembro	21.681	23.995
Perdas dedutíveis em 31 de dezembro	3.234	4.769
Saldo Total em 31 de dezembro	24.915	28.764

Para fins fiscais, o eventual excesso de PECLD constituída, em relação ao disposto na Lei 9.430/96, está sendo adicionado à apuração do Lucro Real, para a apuração do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ, bem como, à base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.

6.2 – Serviços Faturados: correspondem aos direitos a receber de clientes, por serviços prestados ou produtos vendidos em cobrança bancária ou administrativa.

6.3 – Serviços a Faturar: representam os direitos a receber por serviços prestados ou produtos vendidos a clientes, em processo de emissão de fatura.

6.4 – ACF/Prestação de Contas: referem-se aos direitos junto aos franqueados, correspondentes à arrecadação da última quinzena do mês.

6.5 – ACC/Prestação de Contas: referem-se aos direitos junto aos permissionários, correspondentes à arrecadação da última quinzena do mês.

6.6 – Débitos Internacionais: o valor de R\$ 473.582 corresponde aos direitos decorrentes das relações dos Correios e outros correios mundiais. O saldo de 2014 ainda traz influência de saldos de anos anteriores, tendo em vista a própria dinâmica temporal das regras estabelecidas pela convenção da União Postal Universal – UPU, da qual o Governo Brasileiro é signatário e os Correios estão obrigados a seguir. Para esta conta foi constituída uma PECLD na ordem de R\$ 3.610, referente aos valores a receber em 2013 que os Correios ainda aguardam o pagamento.

6.7 – Débitos Negociados de AGF: referem-se a valores em atraso a receber de AGF, com termo de confissão de dívida e acordo de parcelamento.

6.8 – Direito a Receber de AGF – Lei postal: corresponde às operações de vendas de produtos da Lei Postal para as AGF.

6.9 – Valores a Receber de AGF: referem-se aos direitos junto aos franqueados correspondentes à arrecadação da última quinzena do mês.

NOTA 7 – ESTOQUES

Estão armazenados em dois grandes centros de distribuição de materiais, responsáveis por suprir, sistemática e tempestivamente, as unidades administrativas, as unidades de atendimento e demais unidades operacionais. Foi constituída uma perda não dedutível com estoque referente a itens inservíveis, vencidos e obsoletos aguardando destinação para venda de sucata ou descarte.

MATERIAIS ESTOCADOS	2014	2013
Material para consumo	40.552	32.435
Material para revenda/almoxxarifados	15.759	19.431
Material em consignação	335	343
Perdas com estoque	(1.007)	(1.722)
TOTAL	55.639	50.487

NOTA 8 – CONVÊNIO POSTAL SAÚDE

Refere-se aos adiantamentos efetuados a operadora do plano de saúde:

CONVÊNIO POSTAL SAÚDE	2014	2013
Ativo Garantidor	100.000	-
Benefício Medicamento	5	-
Ressarcimento de Despesa Administrativa	5.120	-
TOTAL	105.125	-

8.1 – Ativo Garantidor: representa o valor repassado à operadora para a constituição do ativo garantidor das provisões técnicas, em especial a Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar – PEL, por exigência da IN nº 10/2007 da ANS. Contudo, no exercício de 2015, a Empresa iniciará tratativas junto a ANS, para manutenção do ativo garantidor nos Correios (Mantenedora), conforme permitido na legislação.

NOTA 9 – OUTROS VALORES E BENS

9.1 – Adiantamentos

ADIANTAMENTOS	2014	2013
Adiantamento Salarial	3.307	3.563
Adiantamento de Férias	115.323	117.657
Demais Adiantamentos	3.638	6.786
TOTAL	122.268	128.006

9.1.1 – Demais Adiantamentos: referem-se aos adiantamentos a empregados para pagamento de pequenas despesas sujeitas a posterior comprovação, aos valores devidos pelos órgãos públicos, referente aos empregados cedidos àqueles órgãos, bem como adiantamentos a estagiários. O saldo de empregados cedidos R\$ 7.384, está líquido da perda não dedutível, na ordem de R\$ 3.995, vencidos a mais de 365 dias.

9.2 – Valores a Compensar / Restituir

Correspondem a valores de tributos, encargos sociais pagos e outros valores recolhidos ou adiantados aos fiscos, os quais serão compensados no momento da liquidação do fato gerador.

VALORES A COMPENSAR / RESTITUIR	2014	2013 Reapresentado
ISS retenção por clientes	12.515	7.426
Salário-maternidade/família	793	665

VALORES A COMPENSAR / RESTITUIR	2014	2013 Reapresentado
IRRF/Aplicações financeiras	2.746	58.053
IR a restituir	237.438	14
ICMS a recuperar/compensar	594	77
CSLL a restituir	30.822	5
IR - retido na fonte - Lei nº 9.430	20.065	183.163
CSLL retido na fonte - Lei nº 9.430	5.182	45.195
COFINS retido na fonte - Lei nº 9.430	346	17.247
PIS/PASEP retido na fonte - Lei nº 9.430	434	4.327
INSS retenção por clientes	117	123
Recolhimentos indevidos - Lei nº 10.833/03	1.684	1.630
Recolhimento indevido - INSS	123	570
Outros Impostos e Encargos Sociais a Compensar	664	642
Pagamentos Transitórios	24.302	41.305
TOTAL	337.825	360.442

9.2.1 – Imposto de Renda Retido na Fonte/Aplicações Financeiras: o saldo refere-se ao imposto de renda, compensável, incidente sobre os rendimentos das aplicações financeiras. Em decorrência do prejuízo fiscal apurado não houve a utilização da disponibilidade, sendo o saldo não utilizado referente ao exercício de 2014 transferido para a conta IR a Restituir, por representar ao final deste exercício Saldo Negativo de Imposto de Renda.

9.2.2 – IR a Restituir e CSLL a Restituir: As contas abrigam os saldos dos tributos retidos e não utilizados até o final do exercício, adquirindo a característica de Saldo Negativo de Imposto de Renda e Base Negativa de CSLL.

9.2.3 – Tributos e Contribuições/Lei nº 9.430/1996: refere-se aos tributos e contribuições retidos, por órgãos da administração pública federal, quando do pagamento de faturas de serviços prestados ou produtos adquiridos. A variação significativa do saldo da conta de IR e CSLL justifica-se pela transferência dos valores no final do exercício para a conta IR a restituir e CSLL a restituir, por configurarem, frente a não utilização, saldo negativo de Imposto de Renda e base negativa de CSLL, respectivamente.

A diminuição do saldo decorreu também da transferência para o não-circulante dos valores dos tributos retidos sob o Contrato do Banco Postal, cuja resilição ocasionou a impossibilidade de dedução direta da base de cálculo dos impostos e contribuições a pagar.

O saldo remanescente das retenções oriundas deste Contrato será solicitado mediante processo de restituição junto à receita Federal.

9.2.4 – Pagamentos Transitórios: refere-se a pagamentos de faturas a receber de órgãos públicos, através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, nos últimos dias do ano, aguardando transferência do recurso para a conta de movimentação dos Correios.

9.3 – Cobrança Jurídica/Inadimplência

Representam os direitos, cuja cobrança está no âmbito judicial.

COBRANÇA JURÍDICA/INADIMPLÊNCIA	2014	2013
Faturas em cobrança jurídica	102.303	86.586
PECLD de faturas em cobrança jurídica	(101.549)	(86.059)
Cheques em cobrança jurídica	37	198
Perdas não-dedutíveis de cheques cob. jurídica	(35)	(105)
Alcances	2	6
Débitos de empregados em cobrança jurídica	5.055	2.654
Perda não-dedutível de débitos de empregados	(5.004)	(2.583)
Cobrança jurídica de débitos de terceiros	60.521	11.368
Perda não-dedutível de débitos de terceiros	(58.705)	(11.027)
Inadimplentes ACF	2.615	3.101
Inadimplentes com cobrança jurídica - ACF	163	637
Descredenciadas com cobrança jurídica - ACF	5.937	11.771
Perdas não-dedutíveis de ACF	(8.558)	(13.327)
Inadimplentes - ACC	724	665
Inadimplentes com cobrança jurídica - ACC	151	891
Descredenciadas com cobrança jurídica - ACC	1.759	887
Perdas não-dedutíveis de ACC	(2.554)	(2.266)
Inadimplentes - AGC	-	10
Inadimplentes AGF	11.485	5.610
Inadimplentes com cobrança jurídica - AGF	409	-
Descredenciadas com cobrança jurídica - AGF	442	-
Perdas não dedutíveis de AGF	(4.641)	(1.491)
TOTAL	10.557	7.526

9.3.1 – Faturas em Cobrança Jurídica: o montante de R\$ 102.303 refere-se a débitos, em valores históricos, de inadimplentes, cuja cobrança é realizada pela área jurídica dos Correios.

As Perdas Estimadas de Crédito de Liquidação Duvidosa – PECLD foram constituídas ao final do exercício, demonstrando um aumento de R\$ 15.490 entre a parcela das perdas dedutíveis (Lei 9.430/96) e não dedutíveis, conforme detalhamento abaixo:

PECLD – 2014	
97% da diferença entre fatura em cobrança jurídica e perdas dedutíveis	24.389
100% das perdas dedutíveis (Lei 9.430/96)	77.160
Saldo final da PECLD em 31/12/2014	101.549
PECLD – 2013	
97% da diferença entre fatura em cobrança jurídica e perdas dedutíveis	17.047
100% das perdas dedutíveis (Lei 9.430/96)	69.012
Saldo final da PECLD em 31/12/2013	86.059

A seguir, o demonstrativo da movimentação das Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD.

MOVIMENTAÇÃO PECLD	2014	2013
Saldo Total em 1º de janeiro	86.059	50.383
- Perdas dedutíveis em 1º janeiro	(69.012)	-
- PECLD não dedutível em 1º de janeiro	17.047	50.383
Adições	14.944	8.175
Baixas	(7.602)	(41.511)
PECLD não dedutível em 31 de dezembro	24.389	17.047
Perdas dedutíveis em 31 de dezembro	77.160	69.012
Saldo Total em 31 de dezembro	101.549	86.059

Para fins fiscais, o eventual excesso de PECLD constituída, em relação ao disposto na Lei 9.430/96, está sendo adicionado à apuração do Lucro Real, para efeito de apuração do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ, bem como, à base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.

9.3.2 – Descredenciadas com Cobrança Jurídica - ACF: o montante de R\$ 5.937 refere-se a débitos de Agências de Correios Franqueadas – ACF, descredenciadas devido ao descumprimento de cláusulas do contrato de franquia. Para esses casos, os Correios têm ajuizado ações de

cobrança. A perda não dedutível de ACF é constituída à base de 94% do saldo da conta inadimplentes ACF e 100% dos saldos acumulados das contas inadimplentes com cobrança jurídica e descredenciadas com cobrança jurídica.

9.3.3 – Débitos de Empregados em Cobrança Jurídica: o montante de R\$ 5.055 refere-se a débitos de ex-empregados apurados em processo regular, de valor inferior ao definido pelo Tribunal de Contas da União para instauração de Tomada de Contas Especial, e para outros casos excepcionais, em que não tenha sido possível o desconto por meio da folha de pagamento. Mensalmente, é constituída uma perda não dedutível à base de 99% do saldo acumulado na rubrica.

9.3.4 – Cobrança Jurídica de Terceiros: refere-se à cobrança de fornecedores por vícios contratuais ou outras cobranças. O aumento de R\$ 49.153 refere-se, principalmente, ao direito a receber de multas aplicadas em fornecedores. A perda não dedutível é constituída à base de 97% do saldo registrado nesta rubrica.

9.3.5 – Inadimplentes AGF: refere-se a valores não repassados pelas AGFs no prazo regulamentar estabelecido para a prestação de contas. Mensalmente, é constituída uma perda não dedutível de 33% do saldo da conta inadimplentes AGF e 100% dos saldos acumulados das contas inadimplentes com cobrança jurídica e descredenciadas com cobrança jurídica.

9.4 – Valores a Apurar

PREJUÍZOS EM APURAÇÃO	2014	2013
Prejuízos a apurar – delitos externos	6.032	10.736
Prejuízos a apurar – delitos internos	25.158	40.409
Perdas não-dedutíveis de prejuízos a apurar	(31.190)	(47.706)
Outros	-	621
TOTAL	-	4.060

9.4.1 – Delitos Externos/ Delitos Internos: os montantes de R\$ 6.032 e R\$ 25.158 referem-se aos registros de prejuízos causados, respectivamente, por terceiros e por empregados, cujos processos de apuração de responsabilidades ainda não foram concluídos. Em face dos Correios pertencerem ao Governo Federal, todos os danos causados ao seu patrimônio são comunicados à Superintendência da Polícia Federal.

A perda não dedutível, constituída a base de 100% dos saldos constantes nas contas de prejuízos a apurar delitos internos e externos, deve-se a fato de ainda estarem em processo de apuração de responsabilidade, não podendo estabelecer certeza quanto ao recebimento.

9.5 – Outros Créditos

OUTROS CRÉDITOS	2014	2013
Vale postal internacional - importação	148	233
Serviço médico de aposentados	-	4.012
Outros débitos de terceiros	6.790	44.420

Outros débitos de empregados	7.947	17.957
Venda de imóveis funcionais	508	11
TOTAL	15.393	66.633

9.5.1 – Vale Postal Internacional – Importação: a importância de R\$ 148 refere-se a valores a receber das Administrações Postais Internacionais pela prestação de serviço realizada em função dos vales postais emitidos no exterior para pagamento em território nacional.

9.5.2 – Serviço Médico de Aposentados: corresponde aos valores da co-participação do serviço médico/odontológico prestado aos aposentados, cuja cobrança é realizada pelo Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postalís. Em 2014, com a criação da Postal Saúde, empresa que administra o plano de saúde dos funcionários ativos e aposentados dos Correios, o repasse da co-participação é efetuada pelo Postalís diretamente para a Postal Saúde.

9.5.3 – Outros Débitos de Terceiros: o montante de R\$ 6.790 refere-se principalmente a multa aplicada a fornecedores por descumprimento contratual. A perda não dedutível é constituída à base de 64% das multas aplicadas a fornecedores e 99% da diferença entre o valor registrado e a parcela correspondente à multa de fornecedores. A redução de R\$ 37.630 deve-se a mudança de critério de da base de cálculo da perda não dedutível, no qual em 2013 era constituído com base no mês anterior.

9.5.4 – Outros Débitos de Empregados: o montante de R\$ 7.947 refere-se a débitos decorrentes de prejuízos causados por empregados, como diferenças de caixas, desaparecimento de bens do imobilizado e outros.

9.5.5 – Venda de Imóveis Funcionais: o valor de R\$ 508 refere-se ao saldo remanescente, líquido da perda não dedutível, atualizado monetariamente, da venda de imóveis funcionais em 1991, cuja cobrança e recebimento das prestações estão sob a responsabilidade da Caixa Econômica Federal – CEF, conforme disciplinado na Lei nº 8.025/90. A perda não dedutível é constituída anualmente de forma a corresponder a 100% dos saldos vencidos há mais de 365 dias e não pagos pelos empregados e ex-empregados à Caixa Econômica Federal para posterior repasse.

NOTA 10 – ATIVO NÃO CIRCULANTE

10.1 – Imóveis Funcionais: o valor de R\$ 571 corresponde à parcela a venda de imóveis funcionais efetuados em 1991, vencíveis após o exercício seguinte, cuja cobrança e recebimento das prestações estão sob a responsabilidade da Caixa Econômica Federal – CEF, conforme disciplinado na Lei nº 8.025/90.

10.2 – Tributos Diferidos: Os tributos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos observando o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros, conforme disciplina Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (IAS 12). O IRPJ e CSLL diferidos devem ser classificados no não circulante, mesmo que sua expectativa de realização seja de curto prazo. O detalhamento da movimentação e composição está na Nota 18.2 e 18.3.

10.3 – Depósitos Judiciais, Recursais e Administrativos

Estão compostos conforme a seguir:

DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS	2014	2013
Depósitos judiciais	22.824	19.245
Depósitos recursais	16.659	17.147
Depósitos recursais administrativos	62.155	59.790
TOTAL	101.639	96.182

Os valores de R\$ 22.824 e R\$ 16.659 referem-se aos depósitos realizados em função das demandas judiciais em que os Correios figuram como réu. O valor de R\$ 62.155 refere-se a depósitos efetuados para interposição de recursos na esfera administrativa junto ao INSS referente às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD. Cabe ressaltar o seguinte:

- os depósitos judiciais são decorrentes de cumprimento de determinações judiciais e recebem atualização monetária mensalmente;
- os depósitos recursais são exigidos para interposição de recursos judiciais e são atualizados monetariamente todos os meses;
- os depósitos recursais administrativos são valores equivalentes a 30% do auto de infração relativos às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD aplicadas pelo órgão fiscalizador e recebem atualização monetária mensalmente. Mediante esse depósito é interposto recurso administrativo.

As provisões passivas dos processos referentes a estes depósitos estão demonstrados na nota 15.2

10.4 – Valores a Compensar: o saldo de R\$ 139.492 corresponde ao valor dos tributos federais retidos na fonte pelo Banco do Brasil S/A, por ocasião da assinatura do contrato do Banco Postal. Face à rescisão contratual, o saldo foi incrementado pelo retorno das parcelas contabilizadas no Ativo Circulante. Os créditos remanescentes serão solicitados à Receita Federal mediante pedido de restituição.

10.5 – Outros:

OUTROS	2014	2013
Outros créditos a realizar	3.915	2.868
Bens sucateados	1.350	264
Débitos de ex-empregados	2.237	-
Outros débitos de empregados	80	-
TOTAL	7.582	3.132

10.5.1 – Outros Créditos a Realizar: do montante de R\$ 3.915 nesta rubrica, R\$ 2.423 refere-se a faturas renegociadas de clientes, anteriormente registradas no curto prazo.

10.5.2 – Bens Sucateados: refere-se ao valor residual de bens móveis destinados a venda ou descarte.

10.5.3 – Débitos de ex-empregados: refere-se a débito de ex-empregados não recuperados na rescisão contratual, anteriormente registrados no conta de outros débitos de empregados no curto prazo.

NOTA 11 – INVESTIMENTOS

Estão compostos conforme a seguir:

INVESTIMENTOS	Consolidado 2014	Controladora 2014	2013
CorreiosPar	-	30.000	-
Participações não relevantes	3.516	3.516	3.516
FINAM	12.794	12.794	12.794
FINOR	15.268	15.268	15.268
Perda não-dedutível no investimento	(28.062)	(28.062)	(28.062)
Museus e coleções	1.031	1.031	927
Imóveis Mantidos para Investimento	403.762	403.763	19.385
Deprec. de imóveis mantidos para investimento	(1.505)	(1.505)	(5.593)
Outros investimentos	895	895	895
TOTAL	407.700	437.700	19.130

11.1 – CorreiosPar: Os Correios constituíram, em 24 de dezembro de 2014, a sociedade comercial sob forma de sociedade anônima, denominada CORREIOS PARTICIPAÇÕES S/A – CORREIOSPAR, com o capital subscrito de R\$ 300.000, representado por 300.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Desse montante foi integralizado em 02 de dezembro de 2014, para sua constituição, o valor de R\$ 30.000 em depósito vinculado no Banco do Brasil, em favor da subsidiária, atendendo o disposto no art.80, incisos II e III, da Lei nº 6.404/76.

Destaca-se que devido à constituição da subsidiária ter ocorrido nos últimos dias do ano, no exercício de 2014, não houve operações que pudessem alterar o Patrimônio Líquido da Subsidiária, quando de sua constituição, o que dispensou a aplicação do método de equivalência patrimonial para o ano.

11.2 – Participações Não Relevantes e FINAM/FINOR: são valores equivalentes, respectivamente, às participações não relevantes em Companhias Telefônicas, bem como aplicações em incentivos fiscais. Cabe mencionar que a perda não dedutível com o FINAM/FINOR equivale a 100% do saldo, tendo em vista o desempenho negativo apresentado por estes fundos desde 2002. Não há intenção de venda destes ativos em curto prazo.

11.3 – Imóveis Mantidos para Investimentos: Os imóveis cedidos, alugados ou desocupados, ou seja, que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços ou finalidades administrativas são caracterizados como mantidos pelo proprietário para obter rendas ou valorização do capital, ou ambas, e, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 28 – Propriedades para Investimentos (IAS 40) são classificados como Investimentos.

Os critérios para classificação e os métodos e taxas de depreciação são os mesmos utilizados para o imobilizado, constantes na nota 2.10.

Rubrica	Valor Líquido em 31/12/2013	Custo atribuído	Baixas	Adições	Transferências entrada	Transferências saídas	Perda ao valor recuperável	Depreciação/ Amortização	Depreciação de bens baixados	Valor Líquido em 31/12/2014
Terrenos cedidos/alugados	319	65.487	-	-	1	(1)	-	-	-	65.806
Prédios cedidos/alugados	66	7.144	-	-	679	(677)	-	(786)	-	6.426
Instalações cedidas/alugadas	4	-	-	-	350	(354)	-	-	-	-
Terrenos desocupados	12.090	311.101	(4.226)	-	7.509	(10.935)	-	-	-	315.539
Prédios desocupados	606	14.632	(231)	-	8.837	(8.943)	(34)	(821)	203	14.249
Instalações desocupadas	707	-	-	-	2.546	(3.016)	-	-	-	237
TOTAL DE PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO	13.792	398.364	(4.457)	-	19.922	(23.926)	(34)	(1.607)	203	402.257

(1) O valor líquido em 31/12/2014 corresponde ao valor líquido de 31/12/2013 somado às adições e subtraído das baixas e depreciação/amortização;

(2) No ano de 2014, foi efetuada a avaliação dos imóveis para a adoção do CPC 27, estabelecendo o valor de custo atribuído ou perda por *impairment* dos bens avaliados.

NOTA 12 – IMOBILIZADO

Os critérios de mensuração, métodos e taxas de depreciação são apresentados na nota 2.10.

Rubrica	Valor Líquido em 31/12/2013	Custo atribuído	Baixas	Adições	Transferências Entradas	Transferências Saídas	Perda ao valor recuperável	Depreciação/ Amortização	Depreciação de bens baixados	Valor Líquido em 31/12/2014
Terrenos	213.029	3.628.171	(21.060)	-	3.127	(55)	(491)	-	-	3.822.721
Prédios	365.080	1.027.600	(31)	-	850.470	(726.177)	(50.435)	(43.133)	31	1.423.405
Instal. em Prédios Próprios	96.775	-	(25)	-	7.018	(100.733)	-	(991)	22	2.065
Benfeit. em Imóveis de Terc.	33.554	-	(10.548)	168	12.687	(2)	-	(16.522)	10.041	29.378
Obras em Andamento	135.235	-	-	90.33	1.371	(48.628)	-	-	-	178.316

				8						
Subtotal De Imóveis	843.673	4.655.771	(31.664)	90.506	874.673	(875.596)	(50.926)	(60.646)	10.094	5.455.885
Moveis e Utensílios	210.864	-	(12.744)	58.443	2.780	(243)	-	(37.236)	10.507	232.371
Maquinas e Equipamentos	139.721	-	(127.365)	78.316	5.271	(1.966)	-	(33.484)	126.435	186.928
Veículos Motorizados	364.995	-	(63.067)	178.270	4.130	(4.590)	-	(24.647)	62.834	517.925
Veículos não Motorizados	5.066	-	(1.941)	5.559	7	28	-	(1.819)	1.702	8.603
Ferramentas e Instrumentos	1.431	-	(72)	349	34	(49)	-	(316)	55	1.432
Equip. Processamento de Dados	142.090	-	(31.361)	57.978	83.331	(79.299)	-	(51.883)	31.140	151.996
Aquisições em Andamento	-	-	-	5.753	-	-	-	-	-	5.753
Subtotal De Móveis	864.168	-	(236.550)	384.668	95.553	(86.119)	-	(149.385)	232.673	1.105.008
TOTAL IMOBILIZADO	1.707.841	4.655.771	(268.214)	475.174	970.226	(961.715)	(50.926)	(210.031)	242.767	6.560.893

- (1) O valor líquido em 31/12/2014 corresponde ao valor líquido de 31/12/2013 somado às adições e subtraído das baixas e depreciação/amortização;
- (2) Para fins de elaboração do fluxo de caixa, o total das adições deve ser subtraído das transferências do imobilizado em andamento para o imobilizado definitivo uma vez que estas foram consideradas em adições no momento de reconhecimento do custo da obra na ordem de R\$ 155.153;
- (3) A depreciação/amortização dos bens baixados foi considerada apenas para fins de demonstração. O valor considerado no fluxo de Caixa – R\$ 232.667 refere-se à despesa de depreciação/amortização do ano de 2014 com os bens do imobilizado, intangível, propriedades para investimento e de alguns bens que no decorrer do ano foram transferidos para a conta de bens sucateados;
- (4) No ano de 2014, foi efetuada a avaliação dos imóveis para a adoção do CPC 27, estabelecendo o valor de custo atribuído ou perda por *impairment* dos bens avaliados.

NOTA 13 – INTANGÍVEL

Corresponde aos *softwares* não integrados às máquinas e equipamentos registrados no imobilizado.

Os critérios de mensuração, métodos de amortização estão detalhados na nota 2.11.

Rubrica	Valor Líquido em 31/12/2013	Custo atribuído	Baixas	Adições	Transferências entrada	Transferências saídas	Depreciação/ Amortização	Depreciação de bens baixados	Valor Líquido em 31/12/2014
Software, Licenc. Similares	53.341	-	(11.150)	70.565	372	(367)	(19.227)	9.964	103.498
TOTAL INTANGÍVEL	53.341	-	(11.150)	70.565	372	(367)	(19.227)	9.964	103.498

- (1) O valor líquido em 31/12/2014 corresponde ao valor líquido de 31/12/2013 somado às adições e subtraído das baixas e amortização;

NOTA 14 – PASSIVO CIRCULANTE

14.1 – Fornecedores: representam as obrigações referentes às aquisições de materiais e serviços e outras obrigações com fornecedores com vencimento, normalmente, no mês seguinte.

14.2 – Salários e Consignações: correspondem às obrigações trabalhistas devidas no mês, provenientes de despesas fixas e variáveis; às provisões de férias à base 1/12 (um doze avos) da remuneração de cada empregado acrescido do adicional de 70% (conforme acordo coletivo de trabalho) registradas mensalmente; e demais encargos sociais retidos.

Salários e Consignações	2014	2013
Obrigações Trabalhistas	10.476	10.297
INSS - Empregado	40.693	35.791
Postalis (BD) - Empregado	3.940	105
Postalis (PostalPrev) - Empregado	47.195	23.703
Retenção SEST/SENAT	3	3
Férias	970.780	942.185
TOTAL	1.073.087	1.012.084

O aumento de R\$ 61.003 neste grupo deve-se, principalmente, ao aumento de 6,5% nos salários conforme acordo coletivo 2014/2015.

14.3 – Encargos Sociais: correspondem às obrigações relativas às contribuições patronais. O acréscimo na comparação com 2013 corresponde ao incremento da folha de pagamento.

ENCARGOS SOCIAIS	2014	2013
INSS - empregador	116.967	109.121
Postalis - empregador	4.005	2.231
SENAI adicional	892	834
Salário educação	11.151	10.332
FGTS	52.563	55.030
INSS - contribuinte individual	323	874
INSS - cooperativas	286	676
PostalPrev - empregador	44.549	21.918
TOTAL	230.736	201.016

14.4 – Impostos e Contribuições: correspondem às obrigações relativas às retenções tributárias efetuadas na fonte sobre os rendimentos de empregados e de terceiros, os tributos devidos sobre o lucro, às contribuições do PIS e da Cofins sobre o faturamento, bem como outras obrigações tributárias.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	2014	2013
INSS Empresas - retenção fonte	6.753	6.562
INSS retenção - contribuinte individual	162	339
Cofins	46.091	47.934
Pasep	9.992	10.392
ICMS	3.986	2.713
ISSQN - retido de terceiros	6.370	5.990
IRF - retido de empregados	44.033	40.437
IRF - retido de terceiros	2.116	2.220
Retenções na fonte - Lei no 9.430/1996	32.173	28.278
Outras obrigações tributárias	29	16
IRPJ	-	2.478
CSLL	-	937
TOTAL	151.705	148.296

14.4.1 – IRPJ/CSLL: Em face do prejuízo fiscal apurado no exercício de 2014, não há exigibilidade tributária a pagar referente ao IRPJ e a CSLL.

14.5 – Arrecadação e Recebimentos: as obrigações que compõem esse grupo estão compostas no quadro a seguir. Cabe salientar que essas obrigações são liquidadas mensalmente e na forma pactuada nos contratos com terceiros.

ARRECADÇÃO E RECEBIMENTOS	2014	2013
Emissão vale postal nacional	8.415	5.057
Vale postal internacional - importação	303	392
Vale postal internacional - exportação	624	323
Reembolso postal – entrega	260	633
Venda de título de capitalização	1.538	2.206
Venda de produtos de terceiros e consignados	511	1.297
Recebimento de contas – serviços públicos	44	49

Recebimento de contas – serviços particulares	71	120
Recebimento para o Postalis	31.464	30.071
Recebimento de imposto de importação	10.796	11.475
Serviços virtuais	188	180
Certificado digital	2.436	868
Outros recebimentos/arrecadações	107	788
TOTAL	56.757	53.459

14.5.1 – Emissão de Vale Postal Nacional: o valor de R\$ 8.415 corresponde à execução do serviço de vale postal (VPN) e de vale postal nacional eletrônico (VPN-e) na modalidade nacional.

14.5.2 – Recebimento para o Postalis: refere-se ao repasse para o Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postalis – dos empréstimos consignados dos funcionários dos Correios.

14.5.3 – Recebimento de Impostos de Importação: refere-se a valores arrecadados relativos à cobrança do imposto de importação quando da entrega de objetos postais importados de outros países.

14.5.4 – Certificado Digital: refere-se à comercialização dos certificados digitais da autoridade certificadora SERPRO/RFB para pessoas físicas e jurídicas.

14.5.5 – Venda de Produtos de Terceiros e Consignados: referem-se a produtos de terceiros vendidos nas agências, cartões postais, cartões telefônicos, etc. A redução de R\$ 786, em comparação a 2013, deve-se, principalmente, à venda de cartões telefônicos registrados como produtos em consignação.

14.6 – Adiantamentos de Clientes: refere-se principalmente a adiantamento de clientes de órgãos públicos no mês de dezembro.

14.7 – Contas Internacionais a Pagar: o valor de R\$ 70.016 representa as obrigações para com as administrações postais, operadores privados e cias. aéreas em face das transações internacionais dos Correios. O saldo de 2014 ainda traz a influência de saldos de anos anteriores, tendo em vista a própria dinâmica temporal das regras estabelecidas pela convenção da União Postal Universal – UPU, da qual o Governo Brasileiro é signatário e os Correios são obrigados a seguir.

14.8 – Precatórios: são obrigações decorrentes de sentenças judiciais acrescidas mensalmente da atualização monetária. O saldo de 2014 equivale às obrigações vencíveis em 2015.

PRECATÓRIOS JUDICIAIS	2014	2013
Precatórios (Circulante)	80.134	82.940
TOTAL	80.134	82.940

14.9 – Empréstimos e Financiamentos: obrigações decorrentes de financiamentos, em moeda estrangeira, com períodos de amortização entre cinco e dez anos com garantias do Banco do Brasil S/A. Existem R\$ 2.932 referentes a duas amortizações no circulante, além de R\$ 426 provisionados referentes a juros e comissões.

Agente Financeiro	Data Base	Prazo Final	Qtde Parcelas Restantes	Valor em 31/12/2014 Moeda Estrangeira	Cotação em 31/12/2014	Em Reais	
						Circulante	TOTAL
JBIC	31/12/2014	12/12/2015	2	JPY 131.919	R\$ 0,02223	2.932	2.932
Provisão de Encargos e Comissões						426	426
TOTAL						3.358	3.38

A garantia do Contrato de Outorga de Contragarantia nº. 10.322, celebrado em 28/04/2000 entre o Banco do Brasil e os Correios, com prazo de vigência de 5.706 dias (vencendo em 12/12/2015), tem o Banco do Brasil como o garantidor dos Contratos de Financiamento Externos – condição necessária à época. Em contrapartida, para que o Banco seja o garantidor das operações, os Correios pagam comissões a duas de suas agências, a Agência Corporate e a BB Grand Cayman, e ainda deixa bloqueada parte dos papéis do Fundo Exclusivo Extramercado 13B.

Situação dos contratos em 31/12/2013:

Agente Financeiro	Data Base	Prazo Final	Qtde Parcelas Restantes	Valor em 31/12/2013 Moeda Estrangeira	Cotação em 31/12/2013	Qtde Parcelas		Em Reais		TOTAL
						Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
JBIC	31/12/2013	12/12/2015	4	JPY 263.853	R\$ 0,02233	2	2	2.946	2.945	5.891
Provisão de Encargos e Comissões								398	-	398
TOTAL								3.344	2.945	6.289

14.10 – Participação nos Lucros e Resultados – PLR: dos R\$ 32.929 registrados nesta rubrica, R\$ 2.743 referem-se a valores pendentes de pagamento a empregados afastados ou desligados dos Correios, R\$ 1.394 à PLR de 2012 e 2013 dos dirigentes, R\$ 772 refere-se a dedução do Índice de Desempenho Operacional - IDO, pelo não atingimento de metas, R\$ 1.449 relativos à reserva técnica de exercícios anteriores provisionada para fazer face a possíveis questionamentos de empregados na justiça, referente ao critério utilizado para definição dos empregados elegíveis e inelegíveis, em 2013 e R\$ 24.216 refere-se a valores pendentes de pagamento a empregados ativo no qual não houve acordo com o sindicato respectivo.

Nesse exercício, foi constituído R\$ 2.355 a título de PLR dos empregados, contudo, a distribuição (pagamento) será de acordo com as regras estabelecidas na Decisão do TST, no qual o montante destinado para este fim, correspondente a 23,80% do lucro líquido da ECT no exercício de 2014, não excedendo o limite de 50% dos dividendos pagos aos acionistas.

14.11 – Receitas Recebidas Antecipadamente: do montante de R\$ 18.932, registrado nesta rubrica, R\$ 15.868 decorrentes de aluguéis de caixas postais que, tendo em vista o regime de competência, devem ser apropriadas no curso de 2015; e R\$ 3.064 de valores repassados por órgãos públicos antecipadamente para serem descontados quando da prestação de serviços postais pelos Correios. A redução de R\$ 563.881 em relação ao exercício de 2013, deve-se transferência deste saldo para obrigação financeira a pagar em função do Distrato do Banco Postal com o Banco do Brasil.

14.12 – Obrigação Financeira a Pagar:

Com a promulgação da Lei nº 12.490/11 e do Decreto 7.483/11, o estatuto social dos CORREIOS foi amplamente modificado, permitindo constituir subsidiárias ou adquirir controle ou participação acionária em sociedades empresárias, podendo, assim desenvolver novos negócios relacionados com o seu objeto social da forma mais ampla, permitindo inclusive a exploração de serviços financeiros.

Esse evento fez rever o acordo firmado em 2011 entre os Correios e o Banco do Brasil, a fim de estabelecer novas bases para uma parceria de longo prazo entre as instituições, ampliando as atividades desenvolvidas pelo Banco Postal. Como resultado, ocorreu a rescisão contratual, cuja assinatura do Distrato estava condicionada a constituição do Contrato de Correspondente - Banco Postal - e Outras Avenças que garantisse a continuidade e ampliação dos serviços prestados pelo Banco Postal.

Em face do Distrato, os Correios reconheceram um custo gerado pela rescisão no valor de R\$ 405.233, derivados da atualização monetária do valor principal a ser devolvido de R\$ 1.460.017, constituindo, em 31/05/2014, uma dívida de R\$ 1.865.250.

DISTRATO DO BANCO POSTAL			
Data do Distrato	Valor Principal	Valor da Atualização	Valor Total
30/05/2014	1.460.017	405.233	1.865.250

Verifica-se que o custo gerado com este Distrato está condicionado a assinatura do novo contrato, o qual enseja um aumento de receita com o serviço de Banco Postal. Assim, seguindo o princípio da confrontação da Receita com a Despesa, o custo da operação, deverá ser apropriado na despesa à medida que a receita do novo Contrato é reconhecida, durante o período de 30 meses.

Destaca-se que a dívida será paga em três parcelas consecutivas e anuais, com vencimento estabelecido para 02/01/2015, 02/01/2016 e 02/01/2017, no qual o valor de cada parcela será corrigido monetariamente pela taxa SELIC, considerando-se o período compreendido entre a data do Distrato e o efetivo pagamento da parcela. Nestes termos, após a atualização da primeira parcela a ser paga no primeiro dia útil subsequente ao encerramento anual das Demonstrações Financeiras, a dívida passa a ter a seguinte composição:

DISTRATO DO BANCO POSTAL					
Descrição	Dívida Principal em 31/05/2014	Despesa do exercício	Dívida líquida em 31/12/2014	Despesa a apropriar	Dívida Total em 31/12/2014
Banco do Brasil	1.460.017	215.299	1.675.316	310.679	1.985.995

Contudo, o Contrato de Correspondente - Banco Postal - e Outras Avenças, prevê em cláusula específica que a rescisão deste instrumento por vontade ou descumprimento contratual por parte do Banco do Brasil desobrigaria os Correios do pagamento dos custos do Distrato que ainda não houvessem sido quitados. No entanto, caso a rescisão imotivada, seja pela vontade ou responsabilidade dos Correios, a antecipação do pagamento deverá ocorrer em até 30 dias corridos da data do evento.

Dessa forma, considerando o princípio da confrontação da Receita com a Despesa e da possibilidade de não pagamento dos custos da operação devidos na eventual rescisão, os juros já transcorridos não foram reconhecidos na sua totalidade no exercício de 2014.

Destarte, a política contábil adotada pelos Correios, ensejou no reconhecimento de um valor de “obrigação financeira a pagar”, distinto daquele registrado como “direitos recebíveis dos Correios”, nas Demonstrações Financeiras do Banco do Brasil.

Nesse entendimento, o montante da dívida reconhecida na contabilidade dos Correios, corresponde aos valores líquidos a serem devolvidos, sendo a diferença entre o valor principal e o total a pagar ao Banco do Brasil tratada como encargos financeiros, à luz dos preceitos do pronunciamento técnico CPC 38.

14.13 – Convênio Postal Saúde:

Trata-se das obrigações a pagar para operadora do plano de saúde dos funcionários dos Correios.

CONVÊNIO POSTAL SAÚDE	2014	2013
Serviço Saúde	(48.797)	-
Saúde Ocupacional	(4.694)	-
TOTAL	(53.491)	-

14.14 – Outros Débitos

OUTROS DÉBITOS	2014	2013
Convênio Sesi/Senai	6.183	5.018
Caução de fornecedores	20.187	21.827
Outros créditos diversos	2.471	4.993
Valores a regularizar	7.006	7.066
Outros	1.003	736
TOTAL	36.850	39.639

14.14.1 – Convênio Sesi/Senai: o montante de R\$ 6.183 refere-se parcela retida, pelos Correios, dos pagamentos a serem efetuados ao Sesi/SENAI, conforme contrato, para aplicação em programas assistenciais de treinamento e lazer.

14.14.2 – Caução de Fornecedores: o valor de R\$ 20.187 corresponde aos depósitos em dinheiro recebidos como garantia para participação de licitação ou para cumprimento de contratos.

NOTA 15 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

15.1 – Benefício Pós-Emprego

15.1.1 – Composição da provisão para benefícios pós-emprego

As provisões para benefícios pós-emprego, referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os plano de aposentadoria, pensão, assistência à saúde sob responsabilidade dos Correios.

Essas provisões são coincidentes na demonstração individuais e consolidada. A tabela abaixo apresenta a composição dessas provisões:

Provisão para Benefícios Pós-Emprego		
Descrição	2014	2013
CorreiosSaúde	6.214.526	6.052.646
PostalPrev - CV	-	27.978
Postalís – BD	1.783.629	1.654.912
Total da obrigação atuarial*	7.998.155	7.735.536

* Devido às peculiaridades do Plano Postalís – BD, para compor o total da obrigação atuarial aqui discriminada, deve-se somar as obrigações de curto e longo prazo de benefício pós-emprego com o valor de R\$ 4.005 em 2014 e R\$ 2.231 em 2013, registrados na conta Postalís – Empregador em encargos sociais.

Esses benefícios são disponibilizados à empregados, aposentados e pensionistas, em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações. A seguir, são apresentados mais detalhes de cada um desses planos:

15.1.1.1 – Plano de Saúde – CorreiosSaúde

Até dezembro de 2013 o plano de saúde dos Correios era de autogestão na modalidade coletivo empresarial, prestado aos beneficiários com abrangência em todo território Nacional.

A Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios, operadora de planos privados de assistência à saúde, registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob o nº 41913-3, classificada na modalidade autogestão, constituída em abril de 2013, é uma associação civil, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Desde o dia 1º de janeiro de 2014, toda a operação do Plano de Assistência Médico-Hospitalar e Odontológica dos Correios, é realizada pela Postal Saúde. O processo envolve a operacionalização da assistência, além da responsabilidade técnica e contratual sobre os serviços assistenciais contratados junto à Rede Credenciada.

Em 05/12/2013 foi celebrado entre os Correios e a Postal Saúde um Convênio de Adesão que formaliza a condição da Empresa como Patrocinadora Mantenedora do plano.

O Plano de Saúde, denominado CorreiosSaúde, é oferecido como benefício aos empregados ativos, aposentados, aposentados por invalidez e anistiados dos Correios e seus dependentes, bem como aos empregados ativos, aposentados e aposentados por invalidez do Postal e seus dependentes.

Os Correios têm a obrigação de participar dos custeios dos planos de assistência à saúde operados pela Postal Saúde, repassando os recursos financeiros para cobertura das despesas com a rede credenciada e com os custos de administração.

Atualmente, o Plano CorreiosSaúde é operado na modalidade de preço pós-estabelecida, sendo que os participantes arcam com uma coparticipação sempre que utilizam o plano. A coparticipação é variável em função do tipo de atendimento e do nível salarial dos empregados, com percentual de coparticipação entre 10% a 50%.

O Plano CorreiosSaúde não possui ativos financeiros garantidores, portanto a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial.

15.1.1.2 – Plano de Previdência – Previdência Complementar

- **PostalPrev – CV**

O plano de benefícios PostalPrev é patrocinado pelos Correios e administrado pelo Postal. O PostalPrev é um plano de previdência complementar estruturado na modalidade de Contribuição Variável. Este reúne vantagens da Contribuição Definida para os benefícios programados (aposentadoria normal e antecipada) e do Benefício Definido para os benefícios de risco (auxílio-doença, invalidez, pecúlio e pensão por morte).

A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 1%. O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes, limitado a 8%.

- **Postal e BD**

O Plano de Benefício Definido do Postal foi instituído na ocasião da criação do Instituto, em 1981, com o objetivo oferecer, aos empregados da ECT e suas famílias, rendas adicionais aos benefícios pagos pela Previdência Social. O plano de benefício definido é aquele em que participantes e patrocinadora contribuem, solidariamente, para os benefícios programáveis e de risco.

O referido plano teve o saldamento de benefício definido por meio de alteração em seu regulamento em 2008.

O plano de benefício assegura a seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio funeral, auxílio doença, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate.

15.1.1.3 – Quantidade de participantes

QUANTIDADE DE PARTICIPANTES DOS PLANOS								
Descrição	2014				2013			
	Ativos	Assistidos	Dependentes	Total	Ativos	Assistidos	Dependentes	Total

CorreiosSaúde	126.408	16.722	274.102	418.167	126.983	16.747	266.681	410.411
PostalPrev - CV	110.865	2.438	-	113.303	115.302	1.308	-	116.610
Postalis - BD	76.702	23.111	-	99.813	80.816	17.918	-	98.734

15.1.1.4 - Análise de Riscos

Os planos de benefícios definidos no Brasil normalmente expõem seus patrocinadores a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário. Os riscos relacionados ao benefício definido decorrentes dos benefícios a serem pagos aos membros (aposentados) e dependentes dos membros do plano (viúva(o) e órfãos beneficiários) são compartilhados entre os Correios e participantes e assistidos, na ordem de 50% para a empresa, de acordo com a Lei nº 108/2001 e Resolução MPS/CGPC nº 26/2006.

RISCOS ATUARIAIS DO PLANO

Risco de investimento	Devido à natureza de longo prazo dos passivos do plano, os gestores do fundo de pensão consideram apropriados e mantêm, atualmente, investimentos diversificados em títulos públicos, quotas de fundos de investimentos (curto prazo, renda fixa, ações, direitos creditórios, participações e imobiliário), entre outros, para alavancar o retorno gerado pelo fundo.
Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano.
Risco de longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Risco de salário	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

15.1.1.5 - Avaliação Atuarial

Em 2014, a empresa Vesting Consultoria foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pelos Correios.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), recepcionado pela Resolução CFC nº 1425/2013, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pelos Correios.

O valor presente da obrigação de benefício definido e o respectivo custo atual dos seus serviços e dos serviços passados foram mensurados pelo método da unidade de crédito projetada.

15.1.1.6 - Principais Premissas

As principais premissas usadas na avaliação atuarial, considerando a base dados coletada em novembro de 2014, foram as seguintes:

PREMISSAS ATUARIAIS						
Descrição	CorreiosSaúde		PostalPrev - CV		Postalis - BD	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Financeiras:						
Taxas de juros de desconto atuarial anual	12,53%	10,68%	12,53%	10,68%	12,47%	12,47%
Taxas de juros real de desconto atuarial anual	6,32%	6,60%	6,32%	6,60%	6,31%	6,62%
Taxas médias esperadas de aumento de salários	N/A	N/A	6,96%	5,56%	6,96%	5,49%
Taxas médias esperadas de aumento de benefícios	N/A	N/A	6,96%	5,56%	6,96%	5,49%
Taxa média de inflação anual	6,96%	5,56%	6,96%	5,56%	6,96%	5,49%
Expectativa de retorno dos ativos do plano (anual)	13,72%	12,53%	13,72%	12,53%	13,71%	12,47%
Taxa de crescimento real dos custos por envelhecimento	vetor de custos por faixa etária *	vetor de custos por faixa etária *	-	-	-	-
Taxa de crescimento real dos custos por aumento nos valores dos procedimentos.	2% a.a.	2% a.a.	-	-	-	-
Demográficas:						
Taxa de rotatividade	2,16% até 48 anos e 1,00% após 48 anos	4,32% até 48 anos e 0,58% após 48 anos	2,16% até 48 anos e 1,00% após 48 anos	4,32% até 48 anos e 0,58% após 48 anos	2,16% até 48 anos e 1,00% após 48 anos	4,32% até 48 anos e 0,58% após 48 anos
Taxa de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F
Taxa de mortalidade/sobrevivência de aposentados	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F
Taxa de mortalidade/sobrevivência de inválidos	AT 49 (Agravada em 50%)	AT 49 (Agravada em 50%)	AT 49 (Agravada em 50%)	AT 49 (Agravada em 50%)	AT 49 (Agravada em 50%)	AT 49 (Agravada em 50%)
Tábua de entrada de invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de morbidez	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

PREMISSAS ATUARIAIS						
Descrição	CorreiosSaúde		PostalPrev - CV		Postalis - BD	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Idade de aposentadoria	Conforme regulamento	Conforme regulamento	Conforme regulamento	Conforme regulamento	Conforme regulamento	Conforme regulamento
<u>Composição familiar para custos de pensão:</u>						
Participantes/aposentados	Média Hx definida pelo administrador do plano	Média Hx definida pelo administrador do plano	Média Hx definida pelo administrador do plano	Média Hx definida pelo administrador do plano	Média Hx definida pelo administrador do plano	Média Hx definida pelo administrador do plano
Principais hipóteses e parâmetros:						
Taxa de juros de desconto	13,72% a.a.	12,53% a.a.	13,72% a.a.	12,53% a.a.	13,71% a.a.	12,47% a.a.
Taxa de mortalidade/sobrevivência de ativos e aposentados	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F
Taxa de crescimento real dos custos com saúde	2% a.a.	2% a.a.	-	-	-	-

* Houve redução, de 2013 para 2014, no Custo Per Capita da última faixa dos Titulares de R\$ 382,59 para R\$ 334,07 e dos Dependentes de R\$ 466,65 para R\$ 443,88. Essa redução corresponde à retirada de valores não referentes a despesas com o plano de saúde, conforme consultoria atuarial.

Para o CorreiosSaúde, foram considerados apenas os empregados ativos que alcançaram mais de dez anos de serviço no momento da aposentadoria, conforme estabelecido no acordo coletivo de trabalho.

15.1.1.7 - Valores Reconhecidos no Resultado e em Outros Resultados Abrangentes

Os valores reconhecidos no resultado do exercício e em outros resultados abrangentes, foram os seguintes:

Descrição	CorreiosSaúde		PostalPrev		Postalis - BD	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Custo do serviço:						
Custo de serviço corrente líquido	(187.534)	(178.467)	(269.924)	(241.863)	45.379	32.077
Custo de juros líquido	(758.396)	(789.665)	(3.506)	(2.127)	(285.864)	(239.558)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(945.930)	(968.132)	(273.430)	(243.990)	(240.485)	(207.481)
Remensurações do plano de benefício definido:						

Descrição	CorreiosSaúde		PostalPrev		Postalis - BD	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Ganhos e perdas sobre o ativo justo	-	-	(136.328)	(176.461)	(1.013.590)	(813.872)
Reversão da provisão de RTSA	-	-	-	-	(1.086.098)	-
Ganhos e perdas sobre a obrigação atuarial de benefício definido:						
- Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência	815.988	(54.170)	212.284	16.580	(49.855)	1.081.949
- Ganhos e perdas resultantes da alteração de hipóteses financeiras	(209.765)	2.263.462	(2.331)	153.942	(92.916)	2.980.317
Mudança da restrição da obrigação atuarial	-	-	-	-	1.146.121	(637.507)
Juros sobre o efeito da restrição da obrigação atuarial	-	-	-	-	-	(239.559)
Efeito do não reconhecimento em exercícios anteriores	-	-	-	-	-	(2.940.522)
Total dos componentes registrado em outros resultados abrangentes	606.224	2.209.292	73.625	(5.939)	(1.096.338)	(569.194)
Total dos componentes de custo do plano de benefício definido	(339.707)	1.241.160	(199.805)	(249.929)	(1.336.823)	(776.675)

15.1.1.8 – Status do Fundo e Passivo/Ativo Reconhecidos

STATUS DO FUNDO E PASSIVO/ATIVO RECONHECIDOS						
Descrição	CorreiosSaúde		PostalPrev		Postalis - BD	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Status do plano de benefícios:						
Valor presente da obrigação atuarial	(6.214.526)	(6.052.646)	(2.674.685)	(2.239.949)	(8.719.528)	(7.870.139)
(-) Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial	-	-	-	-	1.783.629	637.508
Valor presente da obrigação atuarial líquida	(6.214.526)	(6.052.646)	(2.674.685)	(2.239.949)	(6.935.899)	(7.232.631)
Valor justo dos ativos do plano no final do período	-	-	2.716.826	2.211.971	5.152.269	5.577.720
Passivo/ativo líquido: Status do plano de benefícios: Déficit/Superávit	(6.214.526)	(6.052.646)	42.141	(27.978)	(1.783.630)	(1.654.911)

STATUS DO FUNDO E PASSIVO/ATIVO RECONHECIDOS						
Descrição	CorreiosSaúde		PostalPrev		Postalis - BD	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
(-) Efeito da restrição sobre o ativo	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade líquida decorrente da obrigação do plano de benefício	(6.214.526)	(6.052.646)	42.141	(27.978)	(1.783.630)	(1.654.911)
Movimentação do passivo/ativo reconhecido no balanço:						
Passivo/ativo reconhecido no início do período	(6.052.646)	(7.393.866)	(27.978)	(19.912)	(1.654.911)	(1.165.474)
Reversão da provisão da RTSA	-	-	-	-	1.086.098	-
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	177.826	100.060	269.924	241.863	122.006	287.238
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(945.930)	(968.132)	(273.429)	(243.990)	(240.485)	(207.481)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(606.224)	2.209.292	73.624	(5.939)	(1.096.338)	(569.194)
Passivo/ativo reconhecido no final do período	(6.214.526)	(6.052.646)	42.141	(27.978)	(1.783.630)	(1.654.911)
Apuração do efeito do limite do teto de ativo (asset ceiling)						
Valor presente dos benefícios econômicos (Teto)*	-	-	-	-	-	-
Efeito da restrição sobre o ativo (Superavit - Teto)	-	-	42.141	-	-	-
Apuração do efeito do compartilhamento de risco pelos participantes e assistidos do plano:						
Valor presente das contribuições extraordinárias de amortização do déficit	-	-	-	-	1.783.630	637.508
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial (participantes e assistidos)	-	-	-	-	1.783.630	637.508

15.1.1.9 - Conciliação do Valor Presente da Obrigação Atuarial

CONCILIAÇÃO DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL						
Descrição	CorreiosSaúde		PostalPrev		Postalis - BD	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período *	(6.052.646)	(7.393.866)	(2.239.949)	(1.756.382)	(7.870.139)	(11.162.725)
Custo de juros	(758.396)	(789.665)	(280.666)	(187.582)	(981.406)	(1.013.907)
Custo de serviço corrente	(187.534)	(178.467)	(589.213)	(557.792)	(15.065)	(15.769)
Benefícios pagos pelo plano	177.826	100.060	192.420	58.073	284.922	259.996
Despesa administrativa paga pelo plano	-	-	32.770	33.212	4.931	-
Remensurações de ganhos/perdas atuariais:	(606.224)	2.209.292	209.953	170.522	(142.771)	4.062.266
Decorrentes de ajuste de experiência	815.988	(54.170)	212.284	153.942	(49.855)	1.081.949
Decorrente de alterações de premissas financeiras	(209.765)	2.263.462	(2.331)	16.580	(92.916)	2.980.317
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	(6.214.526)	(6.052.646)	(2.674.685)	(2.239.949)	(8.719.528)	(7.870.139)

* Referente aos participantes e assistidos vinculados à Empresa patrocinadora do plano.

15.1.1.10 – Descrição da Política de Investimentos

A política de investimentos do Fundo é elaborada anualmente para um período de 5 (cinco) anos, sendo objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo do Postalis. A política tem como principal objetivo definir procedimentos norteadores para administração dos ativos em confronto com as despesas de benefícios, buscando o equilíbrio atuarial do plano. A meta do plano a ser alcançada em seus investimentos é representada por INPC + 5,50% a.a. Para formulação da política são analisados os critérios e objetivos de investimento dos recursos do plano de custeio e benefícios, considerando:

- a) Taxa esperada de retorno;
- b) Preservação de capital;
- c) Diversificação;
- d) Tolerância a risco;
- e) Estabilidade;
- f) Liquidez; e
- g) Regra geral de benefícios.

Com base nesses critérios são definidos mecanismos de investimento e a melhor estratégia na diversificação das carteiras: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis e operações com participantes.

15.1.1. – Descrição da Base Utilizada para Determinar a Taxa de Desconto Atuarial

A taxa de desconto atuarial foi definida pela patrocinadora, considerando a *duration* do plano de benefícios, apurada em 186 meses, resultando na taxa de 6,31%, do título da NTN-B, com vencimento para 2030.

15.1.1.12 – Conciliação do Valor Justo dos Ativos do Plano

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos saldos do valor justo dos ativos do plano:

CONCILIAÇÃO DO ATIVO DO PLANO						
Descrição	CorreiosSaúde		PostalPrev		Postalis - BD	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Valor justo dos ativos do plano no início do período	-	-	2.211.971	1.736.470	5.577.720	5.781.713
Receita de juros	-	-	277.160	185.455	695.542	534.789
Contribuições do patrocinador	177.826	100.060	269.924	241.863	122.006	287.239
Contribuições dos participantes	-	-	319.290	315.929	60.444	47.847
Benefícios pagos pelo plano	(177.826)	(100.060)	(192.420)	(58.073)	(284.922)	(259.996)
Despesas administrativas do plano	-	-	(32.770)	(33.212)	(4.931)	-
Ganhos/perdas sobre os ativos do plano (excluindo a receita de	-	-	(136.329)	(176.461)	(1.013.590)	(813.872)

CONCILIAÇÃO DO ATIVO DO PLANO						
Descrição	CorreiosSaúde		PostalPrev		Postalis - BD	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
juros)						
Valor justo dos ativos do plano no final do período	-	-	2.716.826	2.211.971	5.152.269	5.577.720

15.1.1.14 - Análise de Sensibilidade

As análises de sensibilidade a seguir demonstradas são baseadas na mudança em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer e as mudanças em algumas das suposições podem ser correlacionadas. Ao calcular a sensibilidade da obrigação de benefício definido de pressupostos atuariais significativos, o mesmo método (valor presente de benefício definido, calculado com o método da unidade de crédito projetada no final do período) foi aplicado como no cálculo das responsabilidades com o Plano nesta demonstração de posição financeira do final do período.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS PRINCIPAIS HIPÓTESES - CPC 33 (R1)							
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de desconto		Taxa de crescimento de saúde		Parâmetros
	Idade - 1	Idade + 1	-0,25%	0,25%	-0,25%	0,25%	
CorreiosSaúde							
Valor presente da obrigação atuarial	6.413.432	6.014.332	6.412.068	6.026.680	6.018.461	6.420.141	6.214.526
Valor justo dos ativos do plano	-	-	-	-	-	-	-
Superávit/Déficit do plano	(6.413.432)	(6.014.332)	(6.412.068)	(6.026.680)	(6.018.461)	(6.420.141)	(6.214.526)
Variações:							
Aumento/redução da obrigação atuarial	3,20%	-3,22%	3,18%	-3,02%	-3,15%	3,31%	-
Aumento/redução dos ativos do plano	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/redução do superávit/déficit técnico do plano	3,20%	-3,22%	3,18%	-3,02%	-3,15%	3,31%	-
PostalPrev - CV							

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS PRINCIPAIS HIPÓTESES - CPC 33 (R1)							
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de desconto		Taxa de crescimento de saúde		Parâmetros
	Idade - 1	Idade + 1	-0,25%	0,25%	-0,25%	0,25%	
Valor presente da obrigação atuarial	2.684.654	2.665.368	2.677.117	2.672.584	N/A	N/A	2.674.685
Valor justo dos ativos do plano	2.716.826	2.716.826	2.716.826	2.716.826	N/A	N/A	2.716.826
Superávit/Déficit do plano	32.172	51.458	39.709	44.242	N/A	N/A	42.141
Variações:							
Aumento/redução da obrigação atuarial	0,37%	-0,35%	0,09%	-0,08%	N/A	N/A	-
Aumento/redução dos ativos do plano	-	-	-	-	N/A	N/A	-
Aumento/redução do superávit/déficit técnico do plano	23,65%	22,11%	-5,77%	4,99%	N/A	N/A	-
Postalis - BD							
Valor presente da obrigação atuarial	8.799.306	8.636.128	8.992.365	8.460.238	N/A	N/A	8.719.528
Valor justo dos ativos do plano	5.152.269	5.152.269	5.152.269	5.152.269	N/A	N/A	5.152.269
Superávit/Déficit do plano	(3.647.036)	(3.483.859)	(3.840.096)	(3.307.969)	N/A	N/A	(3.567.259)
Variações:							
Aumento/redução da obrigação atuarial	0,91%	-0,96%	3,13%	-2,97%	N/A	N/A	-
Aumento/redução dos ativos do plano	-	-	-	-	N/A	N/A	-
Aumento/redução do superávit/déficit técnico do plano	2,24%	-2,34%	7,65%	-7,27%	N/A	N/A	-

15.1.1.15 - Projeção de Receitas, Despesas e Pagamentos para 2015

As receitas, despesas e pagamentos esperados para o exercício seguinte são:

PROJEÇÕES PARA 2015			
Descrição	CorreiosSaúde	PostalPrev	Postalis - BD
Montantes de:			
Custo do serviço corrente líquido	(213.264)	(288.710)	47.473
Custo de juros líquido	(852.633)	5.782	(489.071)
Efeito de qualquer redução ou liquidação	-	-	-
Total da despesa/receita a reconhecer	(1.065.897)	(282.929)	(441.598)

15.2 – Passivo Contingente: os Correios estão envolvidos, no curso normal de suas operações, em processos legais, de natureza trabalhista, cível e tributária. A Empresa constituiu provisões para processos classificados como perda provável a valores considerados pelos assessores jurídicos e pela Administração como sendo suficientes para cobrir futuros desembolsos.

Os processos trabalhistas são movidos, na grande maioria, por ex-empregados, empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função, representação e outros.

Nas ações de natureza cível, destacam-se, principalmente, as ações de cobrança movidas por fornecedores pelo entendimento de vícios nos contratos de prestação de serviço e/ou fornecimento de produtos.

As ações tributárias compreendem, principalmente, as contribuições previdenciárias retidas nas faturas de prestação de serviços das empresas de Construção Civil e ao não recolhimento de contribuição previdenciária pelos Correios em face de divergências sobre a natureza (indenizatória ou remuneratória) de verba paga a empregado em várias modalidades (principalmente abono).

As provisões são constituídas à base de 100% do valor de cada demanda judicial ou administrativa movida contra os Correios, cujo desfecho seja avaliado pela área jurídica como de perda provável. Em 31 de dezembro de 2014, essas provisões, atualizadas monetariamente, são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza das correspondentes causas:

15.2.1 – Movimentação das Provisões Passivas Contingenciadas:

Natureza	Saldo em 31/12/2014	Valor alterado p/ perda possível ou remota	Valor convertido em precatório	Provisões adicionais	Valor alterado (1)	Atualização monetária	Estorno de registro manual	Saldo em 31/12/2013
DEMANDAS JUDICIAIS								

Trabalhista	196.714	(9.043)	(72.607)	31.680	3.128	7.591	-	235.965
Civil	55.777	(238.247)	(4.917)	6.708	(70.312)	99.732	-	262.814
Tributária	9.506	-	-	5.169	-	4.337	(10.349)	10.349
TOTAL	261.998	(247.290)	(77.524)	43.557	(67.184)	111.660	(10.349)	509.128

DEMANDAS ADMINISTRATIVAS

Trabalhista	27	-	-	25	-	2	(19)	19
Civil	27	-	-	26	-	1	-	-
Tributária	163	-	-	152	-	11	-	-
TOTAL	217	-	-	203	-	14	(19)	19

(1) Refere-se à alteração do valor inicial de provisão de algumas causas a critério do departamento jurídico.

Ressalte-se que parte do saldo contingente está suportado por depósitos judiciais, recursais conforme valores detalhados na nota 10.3. Em 31/12/2014, os Correios eram réus em 5.041 processos classificados como de perda provável. Apresenta-se a seguir a situação atual, no âmbito jurídico, dos principais processos:

AUTOR	NATUREZA	EXPOSIÇÃO MÁXIMA ATUALIZADA
Reunidas Transporte de Cargas S/A	Cível Cobrança de faturas.	R\$ 14.892
Real Alagoas de Viação	Cível Extravio de malas transportadas	R\$ 7.916
Manhães Advogados Associados	Cível Recebimento de honorários sucumbenciais	R\$ 4.950
SINTECT - Ceará	Trabalhista Pagamento de URP - Unidade de Referência de Preços - e implantação na folha de pagamento.	R\$ 28.890

AUTOR	NATUREZA	EXPOSIÇÃO MÁXIMA ATUALIZADA
Roberto Mascarenhas das Virgens	Trabalhista Anistia constitucional com reintegração e efeitos financeiros.	R\$ 6.048
Alexandrino Aparecido Alves	Trabalhista Anistia constitucional com reintegração e efeitos financeiros.	R\$ 3.866
INSS	Fiscal Contribuição previdenciária, multa e juros.	R\$ 2.489

15.2.2 – Processos Judiciais e Administrativos Não Provisionados

15.2.2.1 – Perda Possível

Em 31/12/2014, os Correios eram réu em outros 17.236 processos judiciais nas esferas cível, fiscal e trabalhista, com perda em primeira instância, ou seja, perda possível, cujo montante atualizado é de R\$ 1.917.750, bem como em mais 1.779 processos do âmbito administrativo e 268 suspensos, cujo montante corresponde a cerca de R\$ 2.880.698. De acordo com o CPC nº 25, não cabe provisão para essas contingências em face do risco jurídico ser, ainda, de possível perda.

15.3 – Tributos Compensados: Em decorrência da adesão ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, a Empresa quitou na modalidade à vista parte das obrigações discutidas em demanda judicial, cujo mérito visava pagar tributos por meio de créditos apurados em trabalho realizado pela IAB – Assessoria Tributária Ltda.

	2014	2013
Tributos Compensados	10.639	121.800
TOTAL	10.639	121.800

15.4 – Tributos Diferidos: Com base no custo atribuído do ativo imobilizado, foram registrados impostos diferidos passivos, cuja liquidação acontecerá à medida que as parcelas de depreciação incidente sobre os bens afetarem o resultado, ou quando da alienação ou baixa destes.

	2014	2013
Tributos Diferidos	1.737.834	-
TOTAL	1.737.834	-

15.5 – Mandados e Precatórios: são obrigações decorrentes de sentenças judiciais acrescidas mensalmente da atualização monetária. O saldo de 2014 equivale às obrigações vencíveis em 2016:

PRECATÓRIOS/MANDADOS JUDICIAIS	2014	2013
Precatórios (Não-Circulante)	15.077	14.233
TOTAL	15.077	14.233

15.6 – Receitas Recebidas Antecipadamente: A redução de R\$ 1.129.720 em relação ao exercício de 2013, deve-se transferência do saldo remanescente para obrigação financeira a pagar em função do Distrato do Banco Postal em 31/05/2014. Ver nota 14.12.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1 – Composição Acionária do Capital Social:

CAPITAL SOCIAL	ACIONISTA
R\$ 3.179.458	<p>Capital constituído integralmente pela União, na forma do Art. 6º do Decreto-Lei, nº 509, de 20 de março de 1969. No exercício de 2010, conforme Relatório 025/2010, o Conselho de Administração aprovou o aumento do Capital Social de R\$ 1.868.964 para R\$ 2.919.060, com incorporação de reservas então existentes no valor de R\$ 1.050.095.</p> <p>O estatuto dos Correios, aprovado pelo Decreto nº 7.483, de 16 de maio de 2011, informava o Capital Social de R\$ 1.868.964.</p> <p>A 1ª Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29/06/2011, deliberou no sentido de retificar a aprovação anterior de aumento de Capital, aprovando apenas a capitalização de R\$ 201.267, fazendo com que o Capital Social integralizado em 31/12/2011 corresponda a R\$ 2.070.231. O valor remanescente da capitalização aprovada anteriormente (R\$ 848.829) foi repassado à União na forma de dividendos complementares, com a atualização monetária mencionada na nota 16.5 de 2011.</p> <p>A 6ª Assembleia Geral Extraordinária aprovou a capitalização de mais R\$ 194.737, oriundos da reversão de investimento realizadas no exercício 2011, fazendo com que o Capital Social atingisse o montante de R\$ 2.264.968.</p>

Em 2012 foi proposta a capitalização de mais R\$ 418.561, oriundos das reversas de investimento realizadas no decorrer no exercício (R\$ 380.965) e da reserva de capital (R\$ 37.596), majorando o Capital Social para R\$ 2.683.529. Aprovado na 1ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, em 21/03/2013 e ratificado na 2ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração em 19/04/2013. Decisão de adiamento, para ulterior Assembleia, da proposta de aumento do capital social, conforme parecer da STN nos termos da 3ª Assembleia Geral Ordinária.

No exercício de 2013 foi publicado novo estatuto, aprovado pelo Decreto nº 8.016, de 17 de maio de 2013, informando o Capital Social dos Correios de R\$ 2.070.231.

Em 2013, juntamente com as Demonstrações Financeiras, houve a capitalização de R\$ 495.929, oriundos de reservas de investimento, fazendo com que o Capital Social seja de R\$ 3.179.458.

No exercício de 2014, em função da absorção de prejuízos relativos a exercícios anteriores, não há proposta de aumento de Capital Social. O valor do Capital ainda não foi alterado no estatuto.

16.2 – Ajuste de Avaliação Patrimonial: valores correspondentes a adoção inicial do CPC 27, com a implantação do custo atribuído para os bens imóveis, conforme detalhado abaixo:

Ajuste de Avaliação Patrimonial	2014	2013
Custo Atribuído - Imóveis	5.003.928	-
Tributo Diferido	(1.707.818)	-
TOTAL	3.296.110	-

16.3 – Reservas de Lucros

16.3.1 – Reserva Legal: a redução de R\$ 57.198 deve-se a absorção de parte do prejuízo acumulado gerado com a reapresentação dos exercícios anteriores, conforme determina a Lei 6.404/76.

16.3.2 – Reserva para Investimentos: a reversa foi totalmente utilizada no exercício de 2014 para absorver parte do prejuízo acumulado gerado com a reapresentação dos exercícios anteriores, conforme determina a Lei 6.404/76.

16.3.3 – Reserva de Lucros a Realizar: devido à reversão proporcional do IRPJ/CSLL diferidos sobre diferenças temporárias pertinentes a exercícios anteriores a 2011, houve a realização R\$ 366.863 milhões do saldo desta rubrica. Em contrapartida, o valor foi destinado para Lucros Acumulados e absorvido pelo saldo de prejuízos acumulados gerado com a reapresentação dos exercícios anteriores, conforme determina a Lei 6.404/76.

Lucros a Realizar em 31/12/2013	400.797
Contingências do Plano Postalís	(255.126)

Contingências Trabalhistas	(26.053)
Contingências Cíveis	(71.527)
Outras provisões	(14.157)
Lucro Realizado	(366.863)
Lucros a Realizar em 31/12/2014	33.934

16.4 – Outros Resultados Abrangentes: valores correspondentes a ganhos e perdas atuariais, representados por mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido projetada para o futuro, resultantes de ajustes pela experiência e / ou efeitos de novas premissas atuariais, reconhecidos contabilmente nos termos do CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados.

OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	2014	2013
Passivo atuarial líquido – BD	(1.665.532)	(569.193)
Tributo diferido sobre o passivo atuarial – BD	566.281	193.525
Passivo atuarial líquido – CV	-	(25.851)
Tributo diferido sobre o passivo atuarial – CV	-	8.789
Passivo atuarial líquido – CorreiosSaúde	(4.578.350)	(5.184.574)
Tributo diferido sobre o passivo atuarial – CorreiosSaúde	1.556.639	1.762.755
TOTAL	(4.120.962)	(3.814.549)

16.5 – Prejuízos Acumulados: o prejuízo de R\$ 484.179 gerado pela reapresentação de exercícios anteriores foi absorvido no exercício de 2014 com o lucro do exercício, realização do AAP e reservas de lucro, conforme estabelece Lei 6.404/76. Os detalhes da reapresentação estão discriminados na Nota 4.

NOTA 17 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

17.1 – Receita Líquida de Vendas e Serviços

As receitas operacionais líquidas são decorrentes das atividades postais de franqueamento, mensagem, marketing direto, encomenda, expresso, financeiro, conveniência, correio eletrônico, logística integrada e venda de material de consumo, no âmbito interno. É composta também pelas receitas internacionais, que são as decorrentes de postagens destinadas ao exterior e de serviços prestados mediante acordos com Administrações Postais e empresas.

	2014	2013
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	16.658.797	15.380.898
Receitas Nacionais	16.236.998	15.056.418
Receitas Internacionais	421.799	324.480
(-) DEDUÇÕES	603.778	587.604
Impostos e abatimentos sobre a Receita Bruta	592.736	562.420
Receitas canceladas	11.042	25.184
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	16.055.019	14.793.294

Em 2014 a Receita Líquida atingiu o montante de R\$ 16.055.019. Levando-se em consideração os nove maiores destaques nas vendas, que alcançam 89% da receita, no qual o Franqueamento Autorizado de Cartas e o SEDEX contribuíram com 51% da receita do período.

RECEITAS	2014	(%)	2013	(%)
Franqueamento Autorizado de Cartas FAC	4.809.942	30%	4.722.886	32%
Sedex	3.412.076	21%	3.289.538	22%
Carta	2.406.306	15%	2.262.607	15%
PAC Contrato	915.102	6%	632.656	4%
Banco Postal	804.298	5%	312.743	2%
Mala Direta Postal	640.080	4%	709.808	5%
Rentabilidade de Aplicações Financeiras	469.066	3%	329.084	2%
E-Sedex	432.565	3%	341.003	2%
PAC à vista	354.144	2%	365.031	2%
TOTAL	14.243.579	89%	12.965.356	86%

17.2 – Custos dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados

Os custos em 2014 atingiram R\$ 13.230.830. Desse total, R\$ 8.728.084 são referentes a custo com pessoal e encargos e o restante foi distribuído, principalmente, entre custos de prestação de serviços de terceiros, transportes e material de consumo.

17.3 – Despesas com Vendas

Representam os gastos de promoção, distribuição dos produtos/serviços, bem como os riscos assumidos pela venda, atingindo o valor de R\$ 1.111.508.

17.4 – Despesas Gerais e Administrativas

Representam os gastos, pagos ou incorridos, para direção ou gestão da empresa e constituem-se de várias atividades gerais que beneficiam todas as fases do negócio. Atingiu o montante de R\$ 2.286.517. Destaca-se que R\$ 141.023 são gastos com empregados relacionados nas portarias e dirigentes a serviço da postal saúde, conforme detalhado na nota 21.2.

17.5 – Outras Receitas Operacionais

	2014	2013
Luvras - Banco Postal	235.487	565.538
Despesas recuperadas	87.117	162.135
Multas de fornecedores	60.138	69.396
Atividades não continuadas	31.119	13.728
Multas de clientes	29.224	47.681
Anuidade de ACF's	10.125	11.602
Outras	3.210	4.158
TOTAL	456.420	874.238

17.5.1 – Luvras – Banco Postal: referem-se aos valores básicos de acesso ao negócio e por agência pagos pelo Banco do Brasil conforme Contrato de Correspondente Banco Postal. A variação de R\$ 330.051 decorre do Distrato do Banco Postal.

17.5.2 – Despesas Recuperadas: referem-se aos valores recuperados de exercícios anteriores.

17.6 – Outras Despesas Operacionais

Representam as transações que não constituem atividades principais da Empresa, conforme detalhado a seguir:

	2014	2013
Impostos vinculados à receita	148.797	126.224
Prejuízos na alienação de bens	2.993	4.508
TOTAL	151.790	130.732

17.7 – Receitas Financeiras

O aumento no total do grupo deve-se, principalmente, à rentabilidade de aplicações financeiras que, em 2014, retornou aos patamares normais praticados no mercado. Esse acréscimo de R\$ 139.982 deve-se à desaceleração na alta da inflação e a maior estabilidade nas taxas de juros em relação ao que ocorreu em 2013.

	2014	2013
Rentabilidade de Aplicações Financeiras	469.066	329.084
Variação Cambial Internacional	80.372	73.645
Juros	18.440	10.238
Variação Monetária	10.443	12.009
Outras Receitas Financeiras	9.784	8.373
Variação Cambial Financiamentos	799	2.811
TOTAL	588.904	436.160

17.8 – Despesas Financeiras

O aumento de R\$ 142.933 neste grupo deve-se, principalmente, pelos juros gerados com o Distrato do Banco Postal.

	2014	2013
Encargos Financiamento dívida interna	216.228	615
Variação Cambial	48.068	41.983
Perdas em Aplicações Financeiras	24.703	92.257
Outras	13.923	25.134
TOTAL	302.922	159.989

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO**18.1 – Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no

patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício nos mesmos períodos em que os ativos e passivos que geram esses efeitos foram contabilizados.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias vigentes, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que houve a geração do resultado tributável.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o tributo corrente e diferido, conforme demonstrado a seguir:

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE IR E CSLL	2014	2013 Reapresentado
Lucro antes do JSCP	16.777	(578.753)
(+/-) Ajustes RTT	(13.814)	-
Juros sobre Capital Próprio	-	(206.817)
Lucro antes do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social (CSLL)	2.963	(785.571)
IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	1.007	(267.118)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes	(6.347)	876
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre ajuste de avaliação patrimonial	12.204	-
Efeito do IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias	(132.409)	244.948
Adições	1.583.438	2.115.173
Exclusões	(1.715.846)	(1.870.225)
Prejuízo Fiscal/Base Negativa de CSLL	(125.544)	(21.294)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	6.684	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	(266.242)

18.2 – Imposto de Renda e Contribuição Social no Diferido

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias, de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de CSLL, conforme demonstrado abaixo:

Tributos Diferidos	01/01/2013 Reapresentado	Constituição	Reversão	31/12/2013 Reapresentado
Ativos de impostos diferidos				
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas	92.066	21.270	(11.915)	101.421
Contingências Trabalhistas	87.549	15.225	(22.539)	80.235
Contingências Cíveis	84.963	7.178	(2.785)	89.356
Fornecedores Provisão	144.740	1.660.985	(1.670.254)	135.471
Reservas a Amortizar RTSA	396.303	50.063	(93.500)	352.866
Reservas a Amortizar Déficit BD	-	15.600	-	15.600
Benefício Pós-emprego PostalPrev CV	-	723	-	723
Benefício Pós-emprego Plano de Saúde	-	295.144	-	295.144
Outras Contingências	90.928	70.611	(69.228)	92.311
Total de Ativos de Impostos Diferidos	896.549	2.136.799	(1.870.221)	1.163.127

Tributos Diferidos	31/12/2013 Reapresentado	Constituição	Reversão	31/12/2014
Ativos de impostos diferidos				
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas	101.421	137.749	(29.146)	210.024
Contingências Trabalhistas	80.235	12.711	(26.053)	66.893
Contingências Cíveis	89.356	15.231	(85.614)	18.973
Fornecedores Provisão	135.471	1.140.793	(1.141.016)	135.248
Reservas a Amortizar RTSA	352.866	42.110	(394.976)	-
Reservas a Amortizar Déficit BD	15.600	23.191	-	38.791
Benefício Pós Emprego PostalPrev CV	723	1.192	(1.915)	-
Benefício Pós Emprego Plano de Saúde	295.144	261.155	-	556.299
Outras Contingências	92.311	87.082	(66.656)	112.737
Ajustes RTT				
Perda por Valor Recuperável Terrenos - Impairment	-	167	-	167
Perda por Valor Recuperável Prédio - Impairment	-	17.159	-	17.159

Depreciação de Bens Operacionais Importados - Custo Atribuído	-	485	-	485
Total de Ativos de Impostos Diferidos	1.163.127	1.739.025	(1.745.376)	1.156.776
Passivos de impostos diferidos				
Ajustes RTT				
Diferenças Temporárias - Depreciação de Bens Operacionais	-	30.016	-	30.016
Total de Passivos de Impostos Diferidos	-	30.016	-	30.016

Na prática, as inclusões ao lucro contábil de despesas, ou as exclusões das receitas, ambas temporariamente não tributáveis, geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados sobre o prejuízo fiscal do IRPJ, a base negativa da CSLL e as diferenças temporárias serão realizados nos próximos exercícios conforme demonstrado abaixo:

Ano	Valores
2015	249.264
2016	244.480
2017	232.353
1018	229.821
1019	238.050
2020	255.487
Total do Diferido	1.449.455

As estimativas de lucro tributável são baseadas nos orçamentos anuais e no plano estratégico, ambos revisados periodicamente. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante ativo fiscal diferido.

18.3 – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos reconhecidos sobre Outros Resultados Abrangentes e no Patrimônio Líquido:

Foram constituídos tributos diferidos ativos e passivos sobre outros resultados abrangentes e sobre os ajustes de avaliação patrimonial no PL, em decorrência da adoção dos pronunciamentos do CPC, conforme demonstração abaixo:

Tributos Diferidos Sobre o ORA	01/01/2013 Reapresentado	Constituição	Reversão	31/12/2013 Reapresentado
Ativo de impostos diferidos decorrentes de despesas reconhecidas em ORA:				
Benefício Pós-emprego Plano de Saúde	2.513.914	-	(751.159)	1.762.755
Benefício Pós-emprego PostalPrev CV	6.770	2.019	-	8.789
Benefício Pós-emprego Postalis BD	-	193.526	-	193.526
Total de Ativos de Impostos Diferidos	2.520.684	195.545	(751.159)	1.965.070

Tributos Diferidos Sobre o ORA e PL (AAP)	31/12/2013 Reapresentado	Constituição	Reversão	31/12/2014
Ativo de impostos diferidos decorrentes de despesas reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes:				
Benefício Pós-emprego Plano de Saúde	1.762.755	-	(206.115)	1.556.640
Benefício Pós-emprego PostalPrev CV	8.789	-	(8.789)	-
Benefício Pós-emprego Postalis BD	193.526	372.755	-	566.281
Total de Ativos de Impostos Diferidos	1.965.070	372.755	(214.904)	2.122.921
Passivos de impostos diferidos decorrentes de receitas reconhecidas diretamente no PL:				
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Custo Atribuído	-	1.718.405	(10.587)	1.707.818
Total de Passivos de Impostos Diferidos	-	1.718.405	(10.587)	1.707.818

Para o cálculo do imposto de renda e da contribuição social diferidos foram aplicadas às alíquotas de 25% e 9% respectivamente, sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas advindas da Lei nº 11.638/2007 e dos pronunciamentos antes mencionados. O registro dos tributos diferidos nestas demonstrações financeiras, quando aplicáveis, realizou-se em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12).

Os Ativos Fiscais Diferidos têm o seu aproveitamento em função da realização dos eventos que os originaram. Considera-se a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, identificada a partir de análises de tendências futuras reveladas em estudo técnico elaborado com base em premissas estratégicas e cenários macroeconômicos, comerciais e tributários, os quais podem vir a sofrer alterações.

Os ativos fiscais diferidos foram constituídos sobre os Outros Resultados Abrangentes considerando que a empresa possui um passivo fiscal diferido, ou seja, uma obrigação referente a um valor do tributo sobre o lucro devido em período futuro relacionado às diferenças temporárias tributáveis.

Nesse entendimento, o confronto dos eventos futuros, quais sejam: a obrigação lançada contra outros resultados abrangentes e o acréscimo patrimonial advindo do custo atribuído, sintetizam-se em um ativo fiscal diferido e um passivo fiscal diferido que em parte se justificam.

A realização destes direitos, cuja origem vincula-se a eventos futuros, ocorrerá mediante a garantia de que o aumento do patrimônio em decorrência do novo custo atribuído aos bens poderá ocasionar a qualquer tempo resultado tributável em decorrência da alienação destes. Somado a este entendimento, existe a expectativa de realização de outros lucros previstos nas premissas estratégicas.

O saldo destes ativos é revisado a cada ano e pode ser alterado a qualquer tempo.

NOTA 19 – SEGURO DOS BENS

Os Correios não mantém política de contratar seguros para os seus bens móveis e estoques mantidos nos Centros de Distribuição, tendo em vista a expectativa do custo não cobrir o benefício que se possa ter com adoção desse instrumento, exceto pelos imóveis (prédios) discriminados abaixo, vinculados à Administração Central em Brasília/DF e na Diretoria Regional da Bahia, que são cobertos por seguros contra incêndio, raio, explosão, alagamento e danos elétricos.

IMÓVEL	SEGURADORA	VALOR SEGURADO
Edifício Sede/BSB	Allianz Seguros S/A	147.998
Edifício Apolo	Mapfre Vera Cruz Seguradora	3.377
Edifício Pasteur	Aliança do Brasil Seguros SA	7.022
Universidade Correios	Ace Seguradora S/A	23.719
Edifício Sede e anexos/BA	Mapfre Vera Cruz Seguradora	75.655
Agência de Brotas/BA	Mapfre Vera Cruz Seguradora	667
TOTAL SEGURADO		258.438

Com relação aos veículos, existe apólice específica com a empresa AIG Seguros Brasil S.A. relativa à responsabilidade civil por danos materiais e corporais referente às operações aeronáuticas dos Correios, incluindo a responsabilidade civil de veículos e equipamentos de

propriedade da Empresa e do serviço por ela prestado quando em circulação e/ou operação na área interna dos aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, cujo limite máximo de indenização (LMI) é de R\$ 2.500.

NOTA 20 – PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração dos Correios, formado pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal:

	2014	2013
Benefícios de curto prazo	4.714	4.542
Honorários	4.392	4.360
Diretoria Executiva	4.289	4.263
Conselho de Administração	51	48
Conselho Fiscal	51	48
Participações nos Lucros – PLR	323	183
TOTAL	4.714	4.542

A PLR do Pessoal Chave da Administração refere-se somente a primeira parcela, não sendo possível estimar o valor das outras três parcelas devido o cálculo estar atrelado ao cumprimento das metas dos indicadores pré-estabelecidos.

Os Correios não oferecem benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional dos Correios, participantes do Plano de Previdência Complementar dos Correios (Postalis), bem como do Plano de Saúde dos Correios.

Os Correios constituíram, em 2014, a CorreiosPar, que tem por objetivo constituir subsidiárias, adquirir controles ou participações acionárias em sociedades empresárias, bem como proceder às alienações correspondentes, com vistas ao cumprimento de atividades dispostas no objeto social dos Correios e gerir as relações de governança com as empresas subsidiárias criadas e com aquelas em que adquirir controles e participações societárias.

NOTA 21 – OUTRAS INFORMAÇÕES

21.1 - Remuneração de Empregados e Dirigentes

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração dos Correios (em Reais):

	2014	2013
Menor salário	1.284	1.084
Maior salário	44.503	41.984

Salário médio	3.332	3.091
Dirigentes		
Presidente	44.503	41.984
Vice-presidentes	38.698	36.508
Conselheiros		
Conselho fiscal	4.262	4.021
Conselho de administração	4.262	4.021

21.2 – Assistência Médica e Promoção à Saúde

Por ser uma operadora de autogestão patrocinada singular/RH até dezembro de 2013 os Correios estavam desobrigados de enviar informações econômico-financeiras à Agência Nacional de Saúde. Contudo, devia apresentar as despesas de prestação de assistência à saúde de forma separada em suas Demonstrações Financeiras.

No final de 2013, para uma melhor gestão do plano de saúde oferecido pelos Correios aos seus empregados, a Empresa constituiu a Postal Saúde, empresa privada, sem fins lucrativos, que passou, a partir de 2014, a administrar o plano de saúde dos empregados dos Correios. No entanto, algumas despesas relativas à prestação de serviço de saúde do exercício de 2013, conhecidas pela Empresa em 2014, foram pagas diretamente pelos Correios, sem vínculo com a Postal Saúde.

Nesse contexto, seguem discriminadas as despesas geradas pelo plano de saúde, pagas pelos Correios:

	2014	2013
Serviço Médico Social – Pessoa Física	11.016	38.394
Serviço Médico Social – Pessoa Jurídica	226.658	873.070
Promoção à Saúde e Segurança	1.911	2.153
Serviço Médico Aposentados	9.227	100.060
Auditoria Médica	4.166	3.860
Cartão Farmácia	1.476	16.452
Medicina do Trabalho	10.694	-
TOTAL	265.148	1.033.989

Em razão da peculiaridade e complexidade das atividades relacionadas à gestão e operacionalização de um plano de saúde, e notadamente quanto ao CorreiosSaúde, foi necessária a liberação em tempo integral de todos os empregados que atuavam na gestão e operacionalização do plano, tanto na Administração Central quanto nas Diretorias Regionais.

Desta forma, foi constituída força tarefa nos Correios, com a finalidade de transferir conhecimentos e apoiar a execução das atividades relacionadas ao CorreiosSaúde, no período de transição de 12 meses, com ônus para os Correios.

Os impactos financeiros com o efetivo relacionados nas portarias da força tarefa e dirigentes da Postal Saúde foram:

Gastos com empregados relacionados nas portarias e dirigentes a serviço da postal saúde	
Gastos com Pessoal	126.893
Serviços de Terceiros	10.589
Outras Despesas	1.536
Material de Consumo	998
Aluguéis	998
Outros Dispendios Correntes	7
Encargos e Tributos	3
TOTAL	141.023

NOTA 22- EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 01/01/2012 entrou em operação o contrato de prestação de serviços de correspondente bancário com o Banco do Brasil para acesso à rede de distribuição dos Correios, com cerca de 6,3 mil pontos presentes em 95% dos municípios brasileiros. Em 22/11/2013, Os Correios assinaram Memorando de Entendimentos não vinculante com o Banco do Brasil, com a finalidade de avaliar a viabilidade de estabelecer parceria estratégica relativa ao Banco Postal.

Em 27/02/2014, dando continuidade aos estudos relativos ao Banco Postal, os Correios firmaram com o Banco do Brasil, Acordo de Condições Gerais de Associação submetido ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), em 05/03/2014.

Em 06.05.2014, o CADE publicou, no Diário Oficial da União, a Ata da 42ª Sessão Ordinária de Julgamento, com a decisão final que aprovou a operação, sem restrições.

O acordo permitirá ampliar o portfólio de produtos e serviços ofertados na rede de atendimento dos Correios.

A parceria poderá se concretizar mediante a constituição de sociedade de participações e de instituição financeira, cujo principal objetivo será incrementar o modelo hoje estabelecido entre as empresas para aproximá-los dos modelos internacionais de bancos postais.

A constituição dessa sociedade está condicionada à aprovação pelos respectivos órgãos reguladores, supervisores e fiscalizadores, conforme a legislação aplicável.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 12 de maio de 2015.

Wagner Pinheiro de Oliveira
Presidente

Luis Mario Lepka
Vice-Presidente Econômico-Financeiro

Morgana Cristina Santos
Vice-Presidente de Negócios

Célia Correa
Vice-Presidente de Administração

Nelson Luiz Oliveira de Freitas
Vice-Presidente de Gestão de Pessoas

José Furian Filho
Vice-Presidente de Logística e Encomendas

Maria da Glória G. dos Santos
Vice-Presidente de Clientes e Operações

Antônio Luiz Fuschino
Vice-Presidente de Tecnologia e Infraestrutura

Cleucio Santos Nunes
Vice-Presidente Jurídico

Vanessa Sandri Barbosa
Contadora CRC/DF - 014.297/O